



TRT-5ª Região

Departamento de Divulgação Jurídica

Biblioteca Ministro Coqueijo Costa

Boletim Informativo Único. Salvador, 13 de agosto de 2010.

NOVAS AQUISIÇÕES



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 43ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. (Coleção Saraiva de Legislação). **Localização: 342.4 B83**

SINOPSE:

“Considerada como fonte obrigatória de consulta dos profissionais e interessados no meio jurídico, a Constituição da República Federativa do Brasil, foi promulgada em 5 de outubro de 1988, esta edição foi atualizada e preparada com os textos originais dos artigos alterados pelas sucessivas Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão e Adendos Especiais”.



CARRION, Valentim. **Comentários a consolidação das leis do trabalho**. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 331(094.4) C312**

SINOPSE:

“Leitura indispensável para profissionais e estudiosos da área trabalhista, é uma síntese atualizada de todo o direito do trabalho. Contem textos que não fazem parte da CLT: por exemplo, o FGTS, o trabalho rural, licitações e contratos da Administração Pública, a assistência judiciária e o mandado de segurança são mencionados nos comentários ao artigo consolidado que lhes é mais próximo. O autor dispensa um tratamento científico aos comentários e indica obras que tratam os assuntos com maior profundidade. Atualizada de acordo com as novas orientações jurisprudenciais das SDIs, a nova Consolidação dos Provimentos do TST e inúmeras leis, entre as quais: L. 11.788/08 (estágio de estudantes)



NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 4ª. ed. São Paulo, Saraiva, 2009. **Localização: 330.567.2 N926**

SINOPSE:

“A obra apresenta, de forma precisa e didática, o funcionamento do mais destacado subsistema do ordenamento jurídico nacional. Inicialmente há uma exposição teórica acerca dos princípios e normas constitucionais aplicáveis ao Código de Defesa do Consumidor e, posteriormente, o autor examina os artigos desse estatuto. Cada dispositivo é comentado com exemplos elucidativos, apontando todas as suas conexões internas, o que torna o texto extremamente prático e dinâmico. Traz as principais leis relacionadas ao assunto e súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça”.



DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado** – 29ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. **Localização: 321.01 D15**

SINOPSE:

“O título apresenta um enfoque sobre os problemas do Estado, indo muito além da mera exposição de conceitos teóricos para apresentá-lo como realidade viva, concreta e dinâmica. Examina, em detalhes, a sociedade, a origem e a formação do Estado, sua personalidade jurídica, o Estado Moderno e a Democracia, a separação de Poderes, as funções do Estado e os problemas do Estado Contemporâneo, como as relações internacionais, a intervenção estatal, o socialismo, o capitalismo e o Estado Democrático”.



MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 30ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2010. **Localização: 321.01 M227**

SINOPSE:

“Em linguagem didática e abordagem objetiva, esta obra, de excelente aceitação pelos estudantes e professores, constitui importante subsídio doutrinário para aqueles que buscam o estudo das principais teorias da ciência do Estado. Utiliza dados conceituais e comparativos para examinar a evolução histórica, a estrutura, as formas e os sistemas de governo, e faz uma análise da situação atual do Estado Brasileiro. É indispensável na formação do estudante, enfocando aspectos sociopolíticos da história humana, bem como de temas atuais, como a comparação entre república e monarquia constitucional, ou entre parlamentarismo e presidencialismo”.



HINZ, Henrique Macedo. **Direito coletivo do trabalho**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 331.105.44 H556**

SINOPSE:

“A relevância do direito coletivo do trabalho se verifica nas importantes e profundas alterações por que vem passando. A regulação do trabalho, que se desloca do Estado para os próprios interessados: empregados e empregadores. O título apresenta uma linguagem acessível, analisa os tópicos essenciais desse importante ramo do direito. Atualizado com temas de acordo com a evolução legislativa, principalmente com o advento da nova legislação sobre as centrais sindicais, o procedimento de registro de entidades sindicais e a atual posição jurisprudencial acerca do dissídio coletivo econômico em face da redação dada ao art. 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.45/2004”.



PEREZ, Viviane Matos González. **Regulação do trabalho do adolescente: uma abordagem a partir dos direitos fundamentais**. Curitiba: Juruá, 2008. **Localização: 331-053.6 P516**

SINOPSE:

“Uma abordagem sobre o trabalho infantil da criança e do adolescente com algumas considerações históricas na obra o autor também trabalhando questões como: o direito fundamental de não trabalhar antes da idade mínima e o princípio da proteção integral; o reconhecimento da dignidade humana da criança e do adolescente; o princípio constitucional da proteção integral; a atuação normativa da Organização Internacional do Trabalho e a incorporação de suas convenções no direito interno; Os mecanismos de combate e prevenção do trabalho ilegal de crianças e adolescentes. A intermediação de mão-de-obra aprendiz por entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos”.



BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2009. (Coleção SINOPSES JURÍDICAS, v.28)

SINOPSE:

“Bastante utilizado em cursos preparatórios para concursos, os volumes desta coleção guardam estrita observância dos programas curriculares das disciplinas jurídicas, sempre destacando os pontos mais relevantes de cada matéria. A exposição didática do texto, aliada ao seu caráter sintético, garante uma obra de consulta rápida e eficaz aos que tem pouco tempo disponível. O volume 28 trata dos seguintes temas: duração do trabalho, trabalho da mulher, trabalho do menor, alteração, interrupção, suspensão e extinção do contrato do trabalho. Além desses, contempla ainda os temas sobre os danos patrimoniais, pessoais e morais, a prescrição e a decadência e uma gama de assuntos relativos ao direito coletivo”.



MARTINS, Sergio Pinto. **Flexibilização das condições de trabalho**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331:34 M346**

SINOPSE:

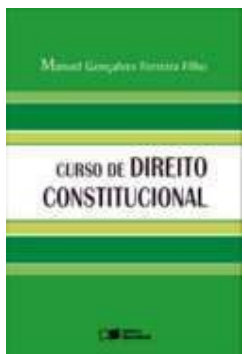
“Nos dias atuais o tema flexibilização das condições de trabalho tem sido muito discutido na área do Direito do Trabalho. Neste livro o autor enfoca questões indispensáveis ao tema como: A flexibilização no Direito estrangeiro; Contrato de trabalho de tempo determinado; Trabalho temporário; Contrato de trabalho a domicílio; Trabalho a tempo parcial; Trabalho intermitente; Flexibilização de horários, do salário e da dispensa do trabalhador; Suspensão dos efeitos do contrato de trabalho para qualificação profissional; Subcontratação; Contrato de formação e de solidariedade; Kapovaz; Job sharing, entre outros”.



AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 15ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 336.22:34 A522**

SINOPSE:

“Esta obra apresenta uma abordagem objetiva e didática do direito tributário, destinada ao programa dos cursos e a estudiosos da área. Examinando temas como competência tributária, suspensão e extinção da obrigação tributária, infrações, garantias e privilégios do crédito tributário, este trabalho convida à revisão dogmática da matéria, cujo domínio é fundamental para o seu estudo e aplicação”.



FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 35ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009 **Localização: 342 F442**

SINOPSE:

“Esta obra aborda toda a matéria constitucional em um único volume e apresenta a análise do conceito de Constituição, controle de constitucionalidade, forma do Estado, federalismo, descentralização, democracia, nacionalidade, direitos e partidos políticos, separação de poderes, presidencialismo e parlamentarismo, poder legislativo, elaboração da Lei, estruturação do governo, organização da Justiça, princípios do Estado de Direito, direitos fundamentais, habeas corpus, habeas data, intervenção estatal na economia e a ordem social.”.



LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. [Localização: 342 L59](#)

SINOPSE:

“Totalmente revista e ampliada, de indispensável conteúdo. Esta edição foi atualizada até a EC n. 57/2008, a “PEC dos Vereadores” e está “atenada” com as perspectivas do neoconstitucionalismo, tendo passado por apurada revisão jurisprudencial. Um novo capítulo intitulado “Direitos Sociais” foi introduzido, além de atualíssimas questões dos concursos de 2008. Obra tem como objetivo auxiliar os candidatos a concursos públicos e os alunos de graduação das áreas jurídicas, servindo, ainda, como eficiente manual de consultas para os demais operadores do Direito. O autor procura esquematizar os grandes temas através de um formato diferenciado, propiciando uma leitura dinâmica, descomplicada e estimulante”.



ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio moral na relação de trabalho**. 2ª ed., Curitiba: Juruá, 2008. [Localização: 343.54:331.104 A416](#)

SINOPSE:

“Uma abordagem sobre o fenômeno do assédio moral e seus efeitos na relação de emprego, ousando apresentarmos algumas conclusões, sem, contudo, termos a pretensão de esgotar o assunto. Partindo de uma conceituação genérica de dignidade da pessoa humana e do meio ambiente do trabalho sadio e equilibrado, para depois tratar do assédio moral no âmbito da relação de emprego como ato ilícito, violador das obrigações contratuais que norteiam o contrato de trabalho, especialmente, no que se refere à obrigação de respeito e consideração à dignidade humana e aos direitos de personalidade do empregado. O fenômeno do “assédio moral” é colocado como parte integrante da moderna organização do trabalho”.



GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo **Novo curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2009-2010. (obra completa em 4 volumes). [Localização: 347 P217](#)

SINOPSE:

“Uma nova perspectiva se surge com a aprovação do novo Código Civil. Esta coleção expõe os tópicos de modo inteligente e inovador, desenvolvendo método expositivo moderno, mas em sintonia com a tradição que vem do diploma de 1916. Diferencia-se dos demais manuais por conter uma análise comparativa entre os dois diplomas por meio da transcrição de artigos correspondentes. Conteúdo: **volume 1** - examina a parte geral do direito civil; **volume 2** - trata do direito das obrigações; **volume 3** - é dedicado ao estudo da responsabilidade civil; **volume 4, tomo 1 (2010)** - examina a teoria geral dos contratos; **volume 4, tomo 2** - examina os contratos em espécie”.



GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009. (obra completa em 7 volumes). [Localização: 347 G625](#)

SINOPSE:

“Na coleção o autor comenta os institutos do Código Civil de 2002, demonstrando a evolução do direito civil brasileiro e analisando com visão crítica as questões mais atuais e controvertidas, à luz da doutrina nacional e estrangeira. Conteúdo: **volume I** - examina a Parte Geral do Código Civil; **volume II** - trata do direito das obrigações; **volume III** - destaca o estudo dos contratos; **volume IV** - versa sobre o estudo da responsabilidade civil; **volume V** - trata do direito das coisas; **volume VI** - se destina ao estudo do direito de família; **volume VII** - trata do estudo do direito das sucessões, examinando temas como as diferentes questões pertinentes à sucessão em geral”.



CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de terceiros**. 19ª ed., São Paulo: Saraiva. 2010. **Localização: 347.922.7 C287**

SINOPSE:

“Esta obra traz a análise simplificada e didática, sem ser superficial, das partes no processo (conceito, princípios referentes, da capacidade, da legitimação para o processo, da capacidade processual suprida, da legitimação para a causa, da substituição processual, da parte vencedora, da sucessão das partes e da capacidade postulacional), da classificação das formas de intervenção, das figuras da oposição, da nomeação à autoria, da denúncia da lide, do chamamento ao processo e da assistência. Tais institutos processuais são descritos e ilustrados com exemplos reais de procedimentos que acontecem nos autos. Apresenta, ainda, acórdãos do Superior Tribunal de Justiça”.



MEDEIROS, João Paulo Fontoura de. **Embargos à execução: sentença de procedência e improcedência**. 2ª ed., Curitiba: Juruá. , 2008. **Localização: 347.952 M349**

SINOPSE:

“Cuida-se de obra que, já de início, conduz o leitor por um caminho que aborda belos e intrincados assuntos, indo desde a decomposição do poder estatal em três bem delineadas funções, passando-se por um exame atento de duas dessas, até concluir com um estudo do exercício da pretensão à tutela jurisdicional executiva e da natureza jurídica do instituto que se coloca à disposição do executado para se opor a essa. Em meio a isso, analisa-se a exceção de pré-executividade em todas as suas facetas. Em seguida, passa-se ao exame da sentença a ser proferida nos embargos à execução, tema que serve de palco para acirrados embates doutrinários”.



ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2009. (Coleção SINOPSES JURÍDICAS, v.20) **Localização: 35:34 R694**

SINOPSE:

“Redigidos por autores com vasta experiência docente em cursos preparatórios para concursos, os volumes já lançados desta coleção guardam estrita observância dos programas curriculares das disciplinas jurídicas, sempre destacando os pontos mais relevantes de cada matéria. A exposição didática do texto, aliada ao seu caráter sintético, garante uma obra de consulta rápida e eficaz, na medida certa para quem tem muito a lembrar e pouco tempo livre. O volume 20 desta coleção examina os princípios do direito administrativo, contratos administrativos, a licitação, os serviços públicos, os bens públicos, a responsabilidade civil do Estado e o processo administrativo e a improbidade administrativa.”



PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo: Método, 2009. **Localização: 35:34 P371**

SINOPSE:

“Aborda todos os temas relevantes da disciplina, contemplando o conteúdo de editais dos principais concursos públicos, como também os programas das universidades do país, tudo com o rigor científico que exige a matéria. Complementarmente, apresenta uma extensa seleção de exercícios extraídos de provas de importantes bancas examinadoras, organizados por assunto, o que permite uma eficaz fixação do conteúdo estudado.”



LEITE, Carlos Henrique bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 7ª. ed., São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331:347.9 L551**

SINOPSE:

“Atualizado de acordo com a Emenda Constitucional n. 45/2004 e as recentes reformas do Código de Processo Civil, bem como a doutrina, resoluções, instruções normativas, súmulas e jurisprudências especializadas. Abordando de forma didática todos os institutos que regem o Direito Processual do Trabalho e a atividade da Justiça do Trabalho. Bastante utilizado na disciplina Direito Processual do Trabalho oferecida pelas principais Faculdades de Direito de nosso País, especialmente pelo fato de encontrar-se em perfeita sintonia com os conteúdos programáticos dos respectivos currículos. A obra pode ser utilizada, ainda, como Livro de Referência e Consulta para advogados, estagiários, assessores e demais juristas.”.



SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de direito do trabalho: relação de emprego**. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331:34 S71**

SINOPSE:

“Em linguagem didática e abordagem objetiva, neste segundo volume o autor procura tratar alguns aspectos pertinentes à relação de emprego, sua natureza jurídica, sua formação, seu desenvolvimento e sua cessação. Trata-se de um livro de leitura obrigatória para todos aqueles que se dedicam a compreender e a aplicar o Direito do Trabalho no Brasil. A abordagem, como sempre instigante, característica do autor, informa e convida à reflexão.”.



BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Direito sindical: análise do modelo brasileiro de relação coletiva de trabalho à luz do direito comparado e da doutrina da OIT: proposta de inserção da comissão de empresa**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.105.44:34 B875**

SINOPSE:

“O Livro analisa o modelo brasileiro de relações de trabalho, tratando de todos os aspectos que envolvem o Direito Sindical - ramo autônomo, na visão do autor, em comparação com a prática de outros países e com a doutrina própria da organização internacional do trabalho. É dividido em duas partes: a primeira, em que são estudados as instituições e os institutos do Direito Sindical; e a segunda, que trata, especialmente, das diversas formas de representação dos trabalhadores, com destaque para a comissão de empresa.”.



MARTINS, Sérgio Pinto. **Contribuições sindicais**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331.105.44:34 M346**

SINOPSE:

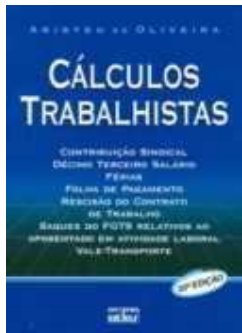
“Faz uma análise das contribuições sindical, confederativa e assistencial. Na primeira parte, apresenta uma teoria geral sobre as contribuições sindicais, seu histórico, compreendendo desde o antigo imposto sindical até a contribuição confederativa. A Parte II faz um estudo da contribuição sindical, passando por sua natureza jurídica, prazo de prescrição, contribuição do empregado e empregador e demais peculiaridades. A Parte III trata da contribuição confederativa, contida no inciso IV do art. 8º da Lei Magna.”.



NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical** – 6ª. ed., São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.105.44:34 N123**

SINOPSE:

“A legalização das Centrais é medida correta. A lei foi equilibrada, afastando o excesso de concentração de poderes proposto pelo Fórum que contrariava o equilíbrio do sistema. As bases sindicais não ficaram enfraquecidas, pois foi deixada de lado a proposta de sindicalismo orgânico. Significam uma nova forma de organização das cúpulas sindicais. Nesse sentido, pode-se falar em um avanço do sistema sindical brasileiro, de corporativista para semicorporativista, mas que ainda não é pós-corporativista.”



OLIVEIRA, Aristeu. **Cálculos trabalhistas**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Localização: 331.217 O45

SINOPSE:

“No mundo das relações do trabalho, o profissional, além de sólidos conhecimentos matemáticos, precisa de conhecimentos legislativos, que exigem aperfeiçoamento contínuo. Esta obra atende às necessidades e expectativas dos profissionais que desejam conhecer com profundidade os cálculos da folha de pagamento, vale-transporte, 13º salário e contribuição sindical. É uma ferramenta eficaz de conteúdo prático que esclarece dúvidas nos cálculos das áreas trabalhistas e previdenciária. Além dos exercícios práticos calculados, traz a fundamentação legal de como e por que cada caso deve ser calculado, atendendo às necessidades de pequenas, médias empresas e grandes empresas.”



GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Meio ambiente do trabalho: direito, segurança e medicina do trabalho**. 2ª ed., São Paulo: Método, 2009 **Localização: 331.45 G199**

SINOPSE:

“O presente livro tem como objetivo o estudo harmônico e sistemático de temas do Direito do Trabalho, pertinentes, mais especificamente, à segurança e medicina do trabalho, como segmento da ciência vinculado ao mencionado ramo do Direito e incumbido de oferecer condições de proteção à saúde do trabalhador no local de trabalho. Foram selecionadas questões da mais alta relevância sobre a matéria, diretamente relacionadas ao chamado meio ambiente do trabalho, buscando a sua devida compreensão.”



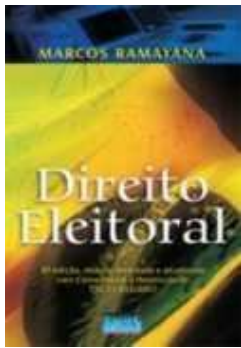
Segurança e medicina do trabalho. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

Localização: 331.45(094) S459

SINOPSE:

“Com layout moderno e conteúdo criteriosamente selecionado e organizado, a obra atende plenamente aos profissionais de segurança e medicina do trabalho e estudantes e professores de cursos técnico-profissionalizantes, trazendo as Normas regulamentadoras 1 a 33, convenções da OIT, principais normas trabalhistas e previdenciárias, acompanhadas de matéria sobre a promoção e a preservação da saúde laboral. Atendendo aos dispositivos da Constituição Federal e CLT, bem como da legislação complementar pertinente, súmulas, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos.”

	<p>MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processo de conhecimento e execução e suas polêmicas. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. Localização: 331.46</p> <p>SINOPSE: “Dividida em quatro partes, a presente obra aborda o conceito e as questões polêmicas existentes acerca dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais. Na primeira parte há o exame dos fundamentos do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT), a análise da legislação em vigor e das prestações infortunisticas; a segunda trata das doenças ocupacionais, como perda auditiva e LER; a terceira aborda aspectos processuais da ação acidentária, procurando mostrar a solução mais adequada para cada caso, e a quarta e última parte apresenta um completo repertório jurisprudencial.”</p>
	<p>GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Acidentes do trabalho: doenças ocupacionais e nexo técnico epidemiológico. 2ª ed., São Paulo: Método, 2009. Localização: 331.46 G199</p> <p>SINOPSE: “O título trata sobre os deveres dos empregados e empregadores na prevenção contra os acidentes de trabalho, as conseqüências previdenciárias do acidente de trabalho, o acidente de trabalho na relação de emprego, a responsabilidade civil do empregador decorrente do acidente de trabalho e, por fim, da novidade jurídica estabelecida pela Lei 11.340/2006, relacionada a nexo técnico epidemiológico, bem como a sua aplicação na depressão como doença do trabalho, tema este da mais elevada importância e atualidade em nossa atual organização social do trabalho...”</p>
	<p>ADEODATO, João Maurício. Ética & retórica: para uma teoria da dogmática jurídica. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Localização: 340.12:14 A334</p> <p>SINOPSE: “Reúne diversos textos que retratam boa parte dos debates jurídicos ocorridos no Brasil nas duas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito à filosofia e à teoria geral do direito. Dividido em quatorze capítulos, tratando de temas como: a positividade e o conceito de direito; crítica ao pensamento dogmático; o procedimento juridicamente organizado; a teoria da legitimação para países subdesenvolvidos; o direito alternativo; a ética e a utilização da energia nuclear; a teoria de Ihering; jusnaturalismo e positivismo; modernidade e direito; a concretização normativa; o silogismo retórico na argumentação judicial e o ceticismo e filosofia.”</p>
	<p>FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. Lições de argumentação jurídica: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Localização: 340.13 L679</p> <p>SINOPSE: “Destinado a todos aqueles que desejam compreender em que contexto espacial e temporal identificou-se a necessidade de uma Teoria da Argumentação. No livro os elementos constitutivos da argumentação jurídica estão didaticamente apresentados, seguindo uma seqüência que fornece uma estrutura sólida à produção textual. Casos concretos, peças processuais, esquemas são uma constante em toda a obra, permitindo uma compreensão precisa do conteúdo abordado e o acesso à realidade, de onde surgem os conflitos que exigem valoração e solução jurídica. Por fim, exercícios com sugestão de correção disponíveis, a fim de que o leitor tenha a oportunidade de fixar o conhecimento na prática.”</p>

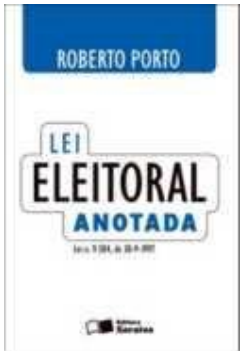


RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. 9ª ed., São Paulo: Impetus. 2009.

Localização: 342.8 R134

SINOPSE:

“A obra aborda as questões práticas e teóricas do Direito Eleitoral, trazendo, em seu bojo, divergências doutrinárias e jurisprudenciais. Atualizada pela Resolução 22.610/2007, que trata da perda do mandato eletivo por infidelidade partidária, além de conter as posições mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral. Foi feita uma extensa revisão, inclusive a ampliação de comentários para todos os crimes eleitorais, até mesmo os previstos em leis especiais eleitorais. Ressalta-se, também, que foi feito comentário mais detalhado à Lei das Inelegibilidades, Lei Complementar 64, de 18/05/1990, além de uma significativa ampliação do índice.”.



PORTO, Roberto. **Lei eleitoral anotada: lei n. 9.504, de 30-9-1997**. 2ª ed., Curitiba: Juruá, 2008. **Localização: 342.8 (094.4) P883**

SINOPSE:

“A obra traz comentários práticos e objetivos aos 107 dispositivos da à Lei n. 9.504/97, que disciplina as normas para as eleições no Brasil, com inúmeras referências às resoluções, súmulas e julgados do Tribunal Superior Eleitoral, além de remissões à legislação correlata. O estudo é objetivo e didático, ou seja, um manual sobre o que há de mais importante no tocante às regras eleitorais.”.



THOMAZINE, Waldemar. **O adolescente e o novo direito**. São Paulo: LTr, 2008.

Localização: 347.157 T384

SINOPSE:

“O autor deste livro vem se dedicando, há quase vinte anos, ao estudo da problemática relacionada ao trabalho do adolescente. Sua experiência como Juiz aposentado, acrescida da atuação, por muitos anos, como advogado de entidades conhecidas pelo nome de Guarda Mirim, proporcionaram-lhe alguns conhecimentos interessantes para o estudo do tema, os quais resolveu registrar neste livro, que vem somar-se às várias obras de uma geração nova de brilhantes escritores trabalhistas, incluindo os que têm se ocupado do trabalho como componente da educação de nossos adolescentes.”.



VENOSA, Sílvio de Salvo. **Lei do inquilinato comentada: doutrina e prática; lei n. 8.245/1991**. São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 347.453. (094.4) V 575**

SINOPSE:

“A atual lei que rege as locações prediais urbanas (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991) não tem o caráter emergencial dos diplomas legislativos revogados. Trata-se de uma verdadeira codificação do inquilinato, com princípios de direito material e de direito processual, bem delineados. O livro procura familiarizar o leitor com a estrutura desta lei e suas inovações. É feita uma confrontação com a legislação revogada e, quando pertinente, com os Códigos Civil e de Processo Civil, além de aproximações de caráter teórico e prático, mencionando, sempre que aplicável, a jurisprudência dos institutos que se mantiveram iguais ou semelhantes.”.



OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 43ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Localização: 331:34 O45.

SINOPSE:

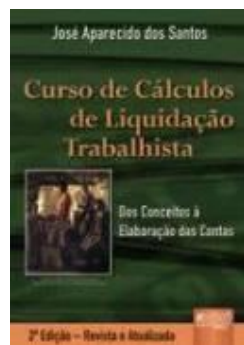
“Apresenta a prática necessária para a administração e elaboração das rotinas trabalhistas, orientando a empresa nas suas relações legais com empregados e órgãos da administração pública. O texto baseia-se, sobretudo, na interpretação dos direitos e obrigações e na observância dos preceitos legais consubstanciados na CLT e na Lei Orgânica da Seguridade Social. Combina leis trabalhistas e previdenciárias com suas práticas e as ilustra com grande número de formulários. Apresenta linguagem simples e acessível abordando questões como: admissão de pessoal; salários; 13º salário; horário de trabalho; jornada de trabalho; período de descanso; férias; FGTS; PIS; trabalho da mulher; trabalho do menor; contribuinte individual; rescisão de contrato de trabalho; CIPA...”.



SARAIVA, Renato. **Direito do trabalho**. 10ª. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série Concursos Públicos). Localização: 331:34 S246

SINOPSE:

“Utilizando uma linguagem didática e abordagem objetiva, o autor procura tratar alguns aspectos pertinentes ao direito do trabalho, sua natureza jurídica, sua formação, seu desenvolvimento e questões relacionadas ao direito individual e coletivo do trabalho. O propósito deste trabalho é colaborar, facilitar o ingresso do candidato no cargo público almejado. Para tanto, foi realizada análise de inúmeras provas de concursos públicos (Magistratura, Ministério Público, Procuradorias etc.), pela qual se extraiu a tendência de abordagem do conteúdo por parte das comissões organizadoras. leitura fundamental para todos aqueles que se dedicam a compreender e a aplicar o Direito do Trabalho no Brasil.”



SANTOS, José Aparecido dos. **Curso de cálculos de liquidação trabalhista: dos conceitos a elaboração de contas**. 2ª ed., Curitiba: Juruá, 2009. Localização: 331.217 S235

SINOPSE:

“Esta obra constitui fonte indispensável de consulta para aqueles que atuam na Justiça do Trabalho. Para os calculistas de liquidação de sentença serve como um guia completo para sua atividade, com subsídios teóricos e práticos. Para os advogados, a obra constitui manancial inesgotável de informações para entender como as contas são realizadas e para resolver os principais problemas que rondam os embargos à execução e a impugnação à sentença de liquidação. Para os juizes, constitui importante ponto de apoio para pesquisa, pois se procurou exaurir toda a matéria concernente aos cálculos de liquidação trabalhista.”



SARAIVA, Renato. **Processo do trabalho**. 5ª. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série Concursos Públicos). Localização: 331:347.9 S246

SINOPSE:

“Com linguagem didática e objetiva sobre o Direito Processual do Trabalho e a atividade da Justiça do Trabalho, apresenta uma visão moderna do assunto, sem deixar de lado a doutrina clássica, a jurisprudência consolidada dos Tribunais Trabalhistas e tudo que existe de bom na CLT, destacando os institutos e peculiaridades do processo do trabalho como sendo um processo de audiência, de partes, mais simples e menos burocratizado, mas também com os olhos voltados para os princípios constitucionais do processo, reconhecendo os recentes avanços do Direito Processual Civil, que podem ser transportados para o Processo do Trabalho. Objetivando colaborar e facilitar o ingresso dos candidatos a concursos públicos.”



SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo: Método, 2009. **Localização: 331:347.9 S246**

SINOPSE:

“Curso de Direito Processual do Trabalho apresenta no seu conteúdo: Princípios e fontes formais do Direito Processual do Trabalho; Organização da Justiça do Trabalho, competência; Ministério Público do Trabalho; Atos, termos, prazos e nulidades processuais; Partes e procuradores; Ação trabalhista; Dissídio individual; Recursos trabalhistas; Execução trabalhista; Procedimentos especiais; Dissídio coletivo; Novas súmulas, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos do TST (textos na íntegra)...”.



GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Prescrição no direito do trabalho**. 2ª ed., São Paulo: Método, 2008. **Localização: 331:347.922.1 G199**

SINOPSE:

“Com a edição da Lei 11.280, de 16.02.2006, inserindo relevantes modificações no Código de Processo Civil, observou-se alteração substancial no regime jurídico da prescrição, com reflexos diretos no âmbito do Direito e do Processo do Trabalho. Neste título, analisam-se, de forma sistemática as importantes inovações sobre o tema, demonstrando as principais conseqüências não só no âmbito do Direito e do Processo Civil, mas com especial destaque para o âmbito trabalhista. Além disso, se esclarecem os diversos aspectos de interesse, como a eficácia no tempo da nova disposição e a possibilidade de ser a prescrição decretada, de ofício, inclusive no âmbito recursal. Ainda sobre a ampla temática da prescrição no Direito do Trabalho, apresentam-se outros estudos sobre questões fundamentais na atualidade.”.



CAIRO JR. **Curso de direito processual do trabalho**. 3ª ed., Salvador: Juspodivm, 2009. **Localização: 331:347.9 C137**

SINOPSE:

“Este livro é dividido em cinco partes - Parte I - Noções Fundamentais; Parte II - Processo De Conhecimento; Parte III - Dos Processos nos Tribunais e Recursos; Parte IV - Processo De Execução; Parte V - Processo Coletivo do Trabalho e Mandado de Segurança. De acordo com: Lei nº 11.694/08; Instrução Normativa do TST nº 32/07; Ato GP do TST nº 493/2008; Súmulas do STF e do TST; OJ's da SDI-1, SDI-2 do TST; Resolução Administrativa do TST nº 907/202, que institui o programa do concurso para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, e da Resolução nº 67, de 27.09.2007 do CSMPT, que estabelece normas para o ingresso na carreira do Ministério Público do Trabalho...”. Vem acompanhado de caderno de questões.



SOARES, Ricardo Mauricio Freire. **Curso de introdução ao estudo do direito**. Salvador: Juspodivm. 2009. **Localização: 340 S656**

SINOPSE:

“Destinados aos iniciantes dos estudos jurídicos em cada momento da leitura o autor, provoca uma reflexão, em cada crítica absorvida, o aluno terá, uma nova visão sobre o Direito. Para a Bahia, de forma mais específica, esta obra é um marco. Primeiramente, por ser o seu autor o primeiro a escrever lições de introdução ao Direito após a clássica edição de Machado Neto, sendo esta obra uma importante referência à presença e atualidade das lições do Mestre. Acrescente-se, ainda, o fato deste livro ser publicado por uma editora baiana, algo impensado há alguns anos. Tem-se, agora, um livro de Introdução ao Direito escrito e publicado na Bahia, a ser admirado por todo o Brasil...”.



SANTOS, José Aparecido dos (Coord.). **Execução trabalhista**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. **Localização: 331.101.24:342.7 L99**

SINOPSE:

“Obra que pretende ser prática, sem deixar de ter consistência teórica, analisa os principais temas de todas as fases da execução trabalhista, inclusive os relacionados com a ampliação da competência trabalhista e com a reforma realizada no CPC. Elaborada pelos juízes do trabalho do Paraná a partir dos problemas aferidos na experiência, reflete diferentes olhares, sempre atualizados, sobre os aspectos mais importantes da execução, com o objetivo de contribuir para a reflexão e a prática de juízes, advogados, estudantes e todos que se interessar por essa relevante matéria.”.



Schiavi, Mauro. **Execução no processo do trabalho**. 2ª ed.. São Paulo: LTr, 2010. **Localização: 331:347.952 M227**

SINOPSE:

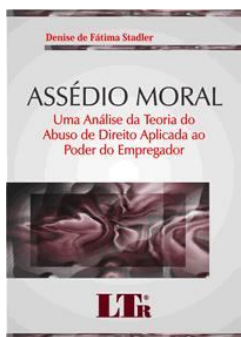
“Trata da execução no processo do trabalho, destacando seus institutos e peculiaridades à luz da teoria geral do processo, da doutrina e da jurisprudência dos tribunais. A importância da execução é vital para a efetividade do processo, pois de nada adianta todo o esforço judicial para declarar o direito na fase de conhecimento, se ele não for materializado, entregando o bem da vida pretendido para ao exequente, a quem pertence por direito. A execução na Justiça do Trabalho pode ser sensivelmente melhorada, a partir mudança na mentalidade dos seus atores, pois há necessidade de simplificação do seu procedimento, maior abertura para aplicação da Legislação Processual Civil propiciando maior efetividade à execução trabalhista, e aplicação dos dispositivos da CLT que propiciam agilidade ao procedimento.”.



LUSTOZA, Daniela. **Mercado de trabalho e discriminação etária**: a vulnerabilidade dos trabalhadores envelhecetes. São Paulo: LTr, 2006. **Localização: 331.101.24:342.7 L99**

SINOPSE:

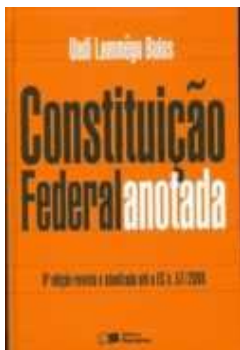
“Muitas foram às transformações pelas quais passaram as relações de trabalho no mundo e, particularmente, no Brasil, envolvendo os processos de reestruturação das ações produtivas, observando o contexto econômico, social e político do País. Nesse panorama de mudanças, com um significativo número de desempregados, ganham visibilidade determinados grupos de trabalhadores que apresentam maior dificuldade em obter um posto de trabalho. Esses trabalhadores são denominados ‘grupos vulneráveis’ e englobam mulheres, negros, jovens e pessoas a partir de 40 anos de idade. Em um ambiente cada dia mais complexo e marcado por atos de discriminação e exclusão social esses profissionais, vêm tendo dificuldade em conquistar um posto de trabalho.”.



STADLER, Denise de Fátima. **Assédio moral**: uma análise da teoria do abuso de direito aplicada ao poder do empregador. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.104:343.54 S775**

SINOPSE:

“Partindo do estudo das formas de revelação do poder e das implicações da reestruturação produtiva no ambiente de trabalho, esta obra enfoca a caracterização do assédio moral. Com a análise da problemática referente à aplicação da teoria do abuso de direito, busca-se uma estratégia jurídica para o enfrentamento das situações de assédio.”.



BULOS, Uadi Lammego. **Constituição federal anotada.** 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 342.4 B95**

SINOPSE:

“Uma síntese do direito constitucional brasileiro, a obra destaca: o exame doutrinário e jurisprudencial da Constituição, com base na teoria constitucional clássica e nas noções mais modernas e atualizadas da disciplina; referência às leis que nutrem correspondência, direta ou indireta, com os dispositivos constitucionais, possibilitando detectar quais os preceitos da Carta Magna que já foram regulamentados; julgados predominantes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça dos Estados; posições conflitantes na jurisprudência, ainda não solucionadas satisfatoriamente; ementas das decisões judiciais; Emendas constitucionais interpretadas pelos juízes e Tribunais...”.



BUENO, Cássio Scarpinella. **Mandado de Segurança:** comentários as Leis n. 1.533/51, 4.348/64 e 5.021/66. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009 **Localização: 347.919.6 B941**

SINOPSE:

“O autor comenta um a um dos três diplomas legais que cuidam do mandado de segurança: Leis n. 1.533/51, 4.348/64 e 5.021/66. A análise dos artigos parte da origem constitucional, passa pela compreensão de seu conteúdo de direito público e enfatiza como ação civil, que é a necessidade de bem compreender um processo civil de resultados concretos e práticos. O enfoque dado a cada uma das complexas e clássicas questões relativas à matéria é confiadamente prático. Cuida detidamente, também, da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/2001 – que estabelece novas normas processuais relativas ao mandado de segurança, e, como não poderia deixar de ser, das modificações trazidas ao Código de Processo Civil pelas Leis n. 10.352/2001, 10.358/2001 e 10.444/2002...”.



THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Lei de execução fiscal.** 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 347.952 T355**

SINOPSE:

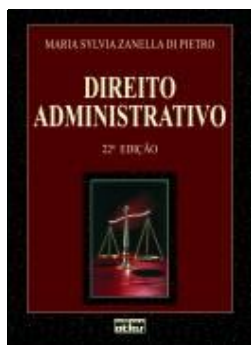
“Dividida em duas partes, esta obra oferece uma análise completa e detalhada da Lei n. 6.830/80. Primeiro apresenta o exame de artigo por artigo da lei, possibilitando uma consulta fácil e rápida. A seguir, traz a jurisprudência acerca do tema, também organizada por artigos, proporcionando solução para as possíveis controvérsias. Constitui, assim, obra de indiscutível valia aos profissionais e estudantes que buscam um estudo aprofundado da matéria.”



Lobo, Paulo. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB.** São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 347.965.8(060.13) L784**

SINOPSE:

“Consulta obrigatória para aplicação do Estatuto sendo largamente citada nos Tribunais, nos Conselhos Federais e Seccionais da OAB e utilizada pelos advogados no meio universitário, tanto para o estágio quanto para o Exame da Ordem. A análise do Estatuto da Advocacia e da OAB nesta obra é acompanhada de notas e referências a decisões dos Tribunais e administrativas da OAB, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos. O autor selecionou cuidadosamente as decisões da jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Conselho Federal da OAB, que aplicaram a Lei n. 8.906/94 desde seu advento, relacionadas com preceitos comentados, atribuindo-lhes interpretação sistemática.”



DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 22ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 35:34 D63**

SINOPSE:

“A autora aborda os principais temas referentes ao Direito Administrativo. Com a preocupação de manter a disciplina atualizada diante das sucessivas inovações constitucionais que vão imprimindo nova feição a esse importante ramo da ciência jurídica. Seu conteúdo aborda os conceitos, o exame da Administração Pública, a questão do serviço público, dos contratos administrativos e da licitação, chegando até o processo administrativo, improbidade administrativa e os bens públicos.”.



CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito administrativo**. 8ª ed., Salvador: Juspodvm, 2009. **Localização: 35:34 C34**

SINOPSE:

“O livro trata de alguns dos principais aspectos referentes ao Direito Administrativo. Revisto, atualizado e ampliado, sobretudo em razão das novas emendas constitucionais e recentes leis que foram publicadas após a edição anterior. Foram colacionadas novas questões de provas e concursos públicos e jurisprudências dos tribunais. Seu conteúdo aborda os conceitos básicos do direito administrativo, e questões da Administração Pública, dos serviços e servidores públicos, do contrato administrativo, chegando até o processo administrativo e a improbidade administrativa.”.



TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de licitações públicas comentadas**. Salvador: Juspodvm, 2009. **Localização: 351.712.2 T648**

SINOPSE:

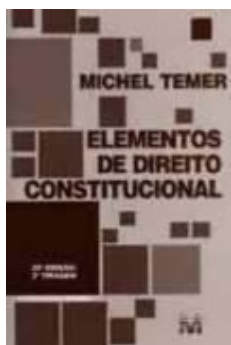
“Objetivando apresentar algumas lições acerca do tema relativo a licitações, unificando o tratamento de notação no que se refere às licitações gerais e à nova modalidade denominada pregão, tendência verificada nas propostas de alterações legislativa da Lei nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações). Conforme MP 458/2009, Leis nºs 11.652/2008, 11.763/2008 e 11.783/2008, e INs 02/2008 e 04/2008, ambas da SLTI do MPOG. Apresentando Comentários artigo por artigo das Leis nºs 11.652/08 e 10.520/02 (Lei do Pregão) e Lei Complementar 123/2007 (Estatuto das microempresas e pequenas empresas - Arts. 42 a 49); Jurisprudência do STF, STJ e TCU; Opiniões da doutrina; Normas correlatas.”



SANATAN, Hector Valverde. **Dano moral no direito do consumidor**. São Paulo: RT, 2009. (Coleção Biblioteca de direito do consumidor; v. 38). **Localização: 366.5:347.426.4 S223**

SINOPSE:

“Em poucas paginas, o autor fundamenta e reconstrói bases sólidas para as decisões em matéria de danos morais no Direito do Consumidor, enfrentando aquilo que em direito Civil esta sendo chamado de erosão dos filtros da reparação. Destacando três funções do direito civil: a função compensatória, punitiva e preventiva, chegando mesmo a aceitar a função punitiva da responsabilidade civil por danos morais frente ao consumidor, questão essa bastante polêmica no Brasil. Mais importante que a polêmica esta a conclusão da função harmonizadora do direito privado e do consumidor, quando regula conflitos envolvendo danos extra-patrimoniais....”.



TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 22ª. Ed., São Paulo: Malheiros, 2008. **Localização: 342 T278**

SINOPSE:

“Mais do que uma exposição didática dos elementos do Direito Constitucional, este livro apresenta um panorama completo de nosso Direito Constitucional e da Constituição de 1988, examinando seu conteúdo à luz dos mais atualizados estudos sobre a matéria. Apresenta conceitos básicos de estado, soberania, constituição, tripartição dos poderes, controle de constitucionalidade etc.”.



SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. **Localização: 342.4 S581**

SINOPSE:

“Neste livro, o autor revela que o sentido da Constituição se alcançará pela aplicação de três formas de hermenêutica: a hermenêutica das palavras; a hermenêutica do espírito; a hermenêutica contextual. É pela hermenêutica contextual que se descobre que textos ou palavras semelhantes, dentro da mesma Constituição, podem ter sentidos diversos, consoante o lugar que ocupam relativamente ao texto como um todo.”.



GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 4ª. ed., Belo horizonte: Del Rey, 2010. **Localização: 342.8 G614**

SINOPSE:

“A obra trata do Direito Eleitoral. Essencial à concretização do regime democrático de direito desenhado na Lei Fundamental, da soberania popular, da cidadania e dos direitos políticos, por esse ramo do direito passam toda a organização e o desenvolvimento do certame eleitoral, desde o alistamento e a formação do corpo de eleitores até a proclamação dos resultados e a diplomação dos eleitos.”.



MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 32ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2009. **Localização: 347.7 M343**

SINOPSE:

“O livro foi revisado, atualizado e ampliado conforme o Código Civil de 2002, a Lei nº 11.101/05 (Falência), e a Lei nº 123, de 14.12.2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). Utilizando uma linguagem didática trata de assuntos como: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades empresariais, fundo de comércio entre outros.”.



CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009. (Volumes 1 e 2) **Localização: 347.9 C172**

SINOPSE:

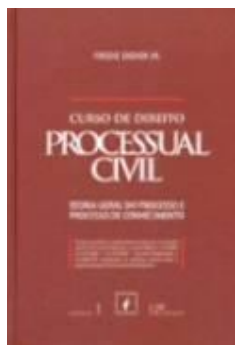
“Preocupado com a compreensão científica do Direito Processual Civil aliada à sua aplicação Alexandre Freitas Câmara apresenta, nesta obra, exemplos de situações práticas ao lado da abordagem teórica das questões suscitadas oferecendo ao leitor uma variedade de opiniões no que tange a relevantes polêmicas doutrinárias, as posições dos mais eminentes juristas. No volume I, analisa a Teoria Geral do Direito Processual à luz do Direito Processual Civil e o Processo de Conhecimento. O volume II trata da questão da execução processo civil, da ação rescisória, homologação e liquidação de sentença, recursos entre outros assuntos.”



DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Leituras complementares de processo civil**. 7^a ed., Salvador: JusPodivm, 2009. **Localização: 347.9 D553**

SINOPSE:

“O livro se tem transformado em referência na "atualização" do pensamento em matéria de direito processual, sempre trazendo textos que discutem temas novos ou velhos temas sob um enfoque novo. Já foi inclusive citado expressamente em concursos públicos. Esta edição vem com três textos novos: Eduardo Fonseca da Costa, sobre a querela nullitatis; Bernardo Pimentel, sobre questões processuais relacionadas ao direito de sucessões, Mário Lojo e Bruno Redondo, sobre a penhora on line.”



DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. Salvador: JusPodivm, 2009. (obra completa em 5 volumes). **Localização: 347.9 D553**

SINOPSE:

“O autor comenta os institutos do processo civil. **O volume 1** trata do Estudo da Teoria do Processo e do processo de conhecimento, a obra está de acordo com a Lei do Mandado de Segurança (Lei n. 12.016/2009) e com as Leis n. 12.125/2009, 12.137/2009 e 12.153/2009. **O volume 2** examina a teoria da prova, o direito probatório, a teoria do precedente, decisão judicial entre outros temas. **O volume 3** é dedicado ao meios de impugnação às decisões judiciais e a questão dos processos nos tribunais. **O volume 4**, examina o processo coletivo, competência, conexão litispendência e relação de ações coletiva com as causas individuais. **O volume 5**, trata da questão da execução, escrito de acordo com a ultima reforma processual, inclusive com a lei n. 11.694/2008.”



NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição federal comentada e legislação constitucional**. 2. ed., São Paulo: RT, 2009. **Localização: 342.4 N369.9**

SINOPSE:

“O conteúdo, atualizado até 15.01.2009, engloba comentários, artigo por artigo, da Constituição Federal, comentários à legislação infraconstitucional pertinente, julgados dos Tribunais nacionais, as 13 Súmulas Vinculantes do STF e julgados de Cortes Constitucionais estrangeiras, estes na medida em que sirvam de subsídio ao operador do Direito no Brasil. Para cada tema é indicada bibliografia, proporcionando uma visão detalhada e ao mesmo tempo abrangente do Direito Constitucional. A apresentação gráfica foi concebida de modo a permitir a agilidade na consulta.”



FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de. **A propriedade no direito ambiental**. São Paulo: RT, 2008. **Localização: 349.6:347.233 F49**

SINOPSE:

“O autor analisa a doutrina e a legislação sobre o direito de propriedade com a concepção da função social da propriedade associada à matéria ambiental. Para tanto, traça a evolução do instituto da propriedade, seus fundamentos e sua função social, tanto em relação à doutrina como ao ordenamento brasileiro. Em seguida, discorre sobre a função social segundo a materialidade do bem, como, por exemplo, a propriedade imóvel urbana e rural e os bens móveis de consumo e de produção. Nesta parte aborda os principais temas do Direito Ambiental: florestas, áreas de preservação permanente, fauna, flora, solo, água e ar, bens culturais e meio ambiente do trabalho.”



D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo; NERY JUNIOR, Nelson; MEDAUAR, Odete. **Políticas públicas ambientais**. São Paulo: RT, 2009. **Localização: 349.6:502.72 P829**

SINOPSE:

“A obra traz em sua primeira parte, estudos sobre os diferentes aspectos e elementos determinantes na compreensão da noção, metodologia, estrutura e diretrizes que devem orientar as denominadas Políticas Públicas Ambientais. Na segunda parte foram desenvolvidas análises pontuais e setoriais de forma a confrontar o arcabouço teórico normativo e a realidade empírica. Na terceira parte foi feita a análise ilustrada do projeto conjunto entre Brasil e França, na região de fronteira da Guiana Francesa e do Estado do Amapá, para a proteção e valorização da biodiversidade amazônica...”



CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 22ª. ed., São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 35:34 C323**

SINOPSE:

“Foram consignados pontos de discussão na área do Direito Administrativo e apresentadas questões sobre diversos assuntos, apontando-se correntes doutrinárias e opiniões dos especialistas na matéria. Para a integração entre a teoria e a prática, o autor relaciona, ao fim de cada capítulo, ementas que indicam a posição dos Tribunais e a jurisprudência sobre o tema enfrentado. A destinada a todos aqueles que estão se preparando ou pretendem preparar-se para habilitação em concursos da área jurídica (Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradorias, Promotor de Justiça, Cargos policiais, Fiscalização, etc.). Ao fim de cada capítulo, o autor exibe questões de provas já solicitadas em concursos.”



AMORIM, Helder Santos. **Terceirização no serviço público: uma análise à luz da nova hermenêutica constitucional**. São Paulo: LTR, 2008. **Localização: 35.08:331:34 A543**

SINOPSE:

“Esta obra lança-se ao desafio de traçar os limites constitucionais da terceirização no serviço público brasileiro, numa reflexão jurídica interdisciplinar e principiológica, que emprega a proporcionalidade como exigência do Estado Democrático de Direito e que busca respostas comprometidas com a unidade e a efetividade da Constituição da República de 1988.”



SAKO, Emília Simeão Albino. **A prova no processo do trabalho: os meios de prova e o ônus da prova nas relações de emprego e trabalho.** 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331:347.94 S152**

SINOPSE:

“Escrito em linguagem simples, faz uma introdução abrangendo noções básicas sobre direito processual do trabalho e se aprofundando na questão da prova no processo do trabalho e dos os meios de prova e o ônus da prova nas relações de emprego e trabalho. Atualizado conforme a EC. n. 45, de 8/12/2004, a Lei nº 10.406/2002, a Lei nº 11.196/2005, a Lei nº 11.324/2006, a Lei nº 11.442/2007.”.



OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Medidas cautelares.** 4ª ed., São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331:347.9 O47**

SINOPSE:

“As medidas cautelares e os procedimentos especiais de jurisdição voluntária, são importantes instrumentos processuais postos à disposição do processo trabalhista, esta obra examina a doutrina e a jurisprudência na aplicação de cada uma das medidas cautelares em espécie (arresto, seqüestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, justificação, protesto, notificação e interpelação, atentado, medidas inominadas); dos procedimentos especiais aplicáveis à Justiça do Trabalho (consignação em pagamento, ação de depósito, ação de prestação de contas, ações possessórias, embargos de terceiro, habilitação, restauração de autos, ação de inquérito) e mais nas Ações de Mandado de Segurança, Rescisória e Anulatória.”.



LOTTO, Luciana Aparecida. **Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil.** São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331:347.922 L911**

SINOPSE:

“A escravidão, foi, como se sabe, a primeira forma de trabalho que a humanidade conheceu, tendo sido, inclusive, justificada por Aristóteles. Em nosso país, a escravidão desapareceu ao menos como forma lícita de trabalho, somente em 1888, com a Lei Áurea. O leitor encontrará nesta obra um rico manancial de pesquisa histórica, poucas vezes visto num trabalho jurídico, além de um estudo profundo e sério sobre as formas de se combater o trabalho escravo no Brasil. O trabalho com um estudo da Ação Civil Pública como instrumento eficaz para combater essa desumana forma de trabalho que ainda encontramos em muitos setores da economia nacional.”.



MELO, Raimundo Simão de. **Ação civil pública na justiça do trabalho.** 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331:347.922.6 M486**

SINOPSE:

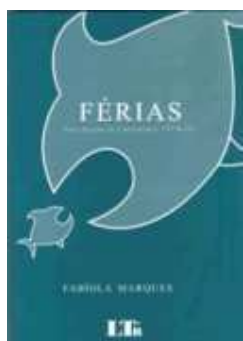
“A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho vem-se revelando um importante mecanismo de solução coletiva de conflitos trabalhistas, representando verdadeira revolução no sistema processual nos últimos anos. Trata-se de instrumento de afirmação do Ministério Público do Trabalho e dos demais co-legitimados coletivos na busca de efetividade da lei trabalhista e dos direitos fundamentais dos trabalhadores. É o Ministério Público do Trabalho quem mais a utiliza, devendo os sindicatos também o fazer no cumprimento de seu dever constitucional de defensor dos interesses da respectiva categoria.”.



SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.105.4 S238**

SINOPSE:

“Esta obra constitui um verdadeiro manual das ações coletivas na Justiça do Trabalho. Por seu intermédio, o leitor é convidado à compreensão conceitual dos interesses transindividuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos nas relações de trabalho, bem como ao conhecimento de todo o sistema de Jurisdição Coletiva Trabalhista e do papel dos entes legitimados para a sua tutela, com ênfase na atuação dos sindicatos e do Ministério Público do Trabalho.”



MARQUES, Fabíola. **Férias**: novo regime da Convenção n. 132 da OIT. São Paulo: LTr, 2007. **Localização: 331.322 M317**

SINOPSE:

“A tese defendida neste trabalho é a de que a aplicação da Convenção n. 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao direito nacional deu origem a um novo regime de férias. Esse novo regime decorre do estudo do Direito Internacional, da Convenção n. 132 da OIT e da legislação atual sobre o tema, e é desenvolvido pela análise cuidadosa da doutrina e da jurisprudência, com suas mais variadas interpretações. A autora pretende esclarecer e, por vezes, sanar as diversas dificuldades contidas em um tema de fundamental importância para a saúde dos trabalhadores, os quais têm, constantemente, seus direitos ameaçados pelo desemprego e pelas dificuldades econômicas enfrentadas, há muito, por nosso país.”



MICHEL, Oswaldo. **Acidente do trabalho e doenças ocupacionais**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.46/.72:34 M57**

SINOPSE:

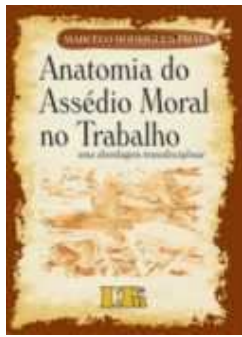
“Entre as prestações que a Previdência Social oferece aos seus beneficiários, há algumas que se destinam a fornecer uma compensação financeira pela perda da capacidade de ganho acarretada por condições patológicas. Para fazer jus a esses benefícios em dinheiro, o interessado deve satisfazer a uma série de requisitos legais, vários dos quais dependentes de parecer médico. Este livro é uma das publicações sistematizadas e científicas sobre a questão do acidente, medicina e segurança do Trabalho, principalmente sobre material biológico, em que se pode dispor de uma condensação das bases legais, técnicas, de estrutura de normas de procedimentos.”



BUONO NETO, Antonio; BUONO, Elaine Arbex. **Perícias judiciais na medicina do trabalho**. 3ª ed.. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.47:347.948 B948**

SINOPSE:

“A área de perícias em Medicina Ocupacional, quer em perícias trabalhistas, quer em perícias cíveis, é uma ferramenta importante para o andamento das relações de trabalho, sendo fundamental para a correta aplicação da Justiça. A obra reflete a experiência dos autores após cerca de 20 anos atuando na área de perícias e está voltada para as áreas de Medicina e Segurança do Trabalho, abrangendo aspectos legais, médicos e ambientais, específicos para a formação de profissionais peritos principalmente após o Provimento n. 45, em que todo e qualquer processo envolvendo acidente e/ou doença do trabalho ficou a cargo da Justiça do Trabalho.”



PRATA, Marcelo Rodrigues. **Anatomia do assédio moral no trabalho**: uma abordagem transdisciplinar. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.104:345.54 P924**

SINOPSE:

“Nas sábias palavras do Mestre Rodrigues Pinto, o livro Anatomia do Assédio Moral no Trabalho é dotado de uma exemplar pesquisa e irrepreensível método expositivo, com profunda diversidade de fundamentos, doutrina e normas, com a privilegiada consciência intelectual da atuação inteirada do Direito Material e Processual e da identidade que os une.”.



SCHIAVI, Mauro. **Ações de reparação por danos morais decorrentes da relação de trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.104:347.513 S352**

SINOPSE:

“Apresenta estudo crítico do dano moral, individual e coletivo, e seus impactos no Direito Material e Processual do Trabalho, destacando as hipóteses mais significativas de eclosão do dano moral durante a relação de trabalho e os instrumentos processuais para prevenção e reparação dessa espécie de dano. Em razão do caráter prático da obra, enfrentando os casos que acontecem no dia a dia da relação de emprego e da Justiça do Trabalho, ela se destina a professores, juízes, procuradores, advogados, estudantes, funcionários de departamento pessoal e a todos que se preparam para os concursos públicos da Magistratura do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, OAB e Analista dos Tribunais.”.



OLIVEIRA, Jean Marcel Mariano de. **O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol**. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.106:34:796 O47**

SINOPSE:

“Esta obra apresenta uma primeira parte voltada para a cultura geral do futebol, trazendo sua história mundial e no Brasil. Traz também uma segunda parte, mais técnica, na qual são analisados os aspectos envolvendo o contrato de trabalho do atleta profissional de futebol, apontamentos sobre a Justiça Desportiva e os demais trabalhadores envolvidos em competições desportivas. Por fim, exhibe anexos com a legislação pertinente e as regras do futebol.”.



Moraes, Evaristo de. **Os acidentes no trabalho e a sua reparação**. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.46. M82**

SINOPSE:

“Obra Fac-similar. Da edição de 1919. A primeira parte, histórica e teórica, é exaustiva. A segunda parte dedica-se à sua prática, em comentários ao texto e citações jurisprudenciais do direito comparado. Ainda em 1919, como candidato à Presidência da República, proferia Rui Barbosa uma longa conferência sobre a questão social e política no Brasil, na qual defendia o seguro obrigatório para os acidentes do trabalho. Evaristo de Moraes, que dela participou, fez incluir a opinião de Rui na segunda parte deste seu livro. Quando a Revolução de 1930 criou o Ministério de Trabalho, foi ele convidado para ser Consultor Jurídico, o que lhe permitiu pôr em prática as suas ideias de reforma social. Assim é que foi sob a sua presidência que se redigiu o Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, que modificou a legislação de acidentes do trabalho.”.



SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. São Paulo: LTr. 2010. **Localização: 331.47 S16**

SINOPSE:

“Esta obra aborda os temas mais importantes de saúde ocupacional que freqüentemente são pesquisados pelos profissionais da área, tais como: segurança do trabalho, higiene ocupacional, ergonomia, ventilação industrial, insalubridade, periculosidade, aposentadoria especial, programas de gestão de saúde ocupacional. Trata-se também de obra completa para cursos de segurança e saúde ocupacional.”



CECILIA, Silvana Louzada Lamattina. **Responsabilidade do empregador por danos à saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.47:347.515.2 C384**

SINOPSE:

“É tempo de profunda reflexão sobre a responsabilidade do empregador por danos à saúde do trabalhador. Trata-se da preservação da pessoa humana e, por conseqüência, de sua dignidade. O direito ao trabalho e ao trabalho saudável foi consagrado pelo legislador constituinte e já não se contenta em vislumbrar na culpa o único fundamento do dever de indenizar. A autora analisa neste livro os fundamentos que definem as responsabilidades do empregador, quer objetivas, quer subjetivas.”



ALTOÉ, Marcelo Martins. **Direito versus dever tributário: colisão de direitos fundamentais**. São Paulo: RT, 2009. (Série temas fundamentais de direito; v. 9).

Localização: 336.22:34 A469

SINOPSE:

“O tema da presente obra são as restrições ao princípio da ampla defesa no processo administrativo tributário. O Autor avalia se as restrições infraconstitucionais a esse princípio, em nome da agilidade, são razoáveis e racionais, ou seja, adequadas e necessárias, e, em última instância, proporcionais. Diante da colisão entre o direito individual à ampla defesa e o direito coletivo ao bem-estar social, representado pelo dever de pagar tributos, é preciso encontrar uma solução, pois não há precedência absoluta entre os direitos fundamentais.”



MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Direito tributário e financeiro**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2009. (Série leituras jurídicas: provas e concursos. v. 24)

Localização: 336.22:34 M129

SINOPSE:

“A Série leituras jurídicas: provas e concursos foi elaborada com o objetivo de proporcionar ao estudante e ao profissional de Direito um estudo completo, atualizado e didático sobre as diversas áreas jurídicas. Os autores selecionados oferecem ao leitor visão moderna do tema desenvolvido, conforme sua atuação profissional e acadêmica. São especialistas, mestres e doutores, com exercício na Magistratura, Ministério Público, Advocacia e Procuradoria, familiarizados com as dúvidas e anseios dos profissionais da área jurídica, estudantes, candidatos a concursos públicos e ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil. O volume 24 trata da questão do direito tributário e financeiro.”



MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 30ª. ed., São Paulo: Malheiros, 2009. **Localização: 336.2:34 M129**

SINOPSE:

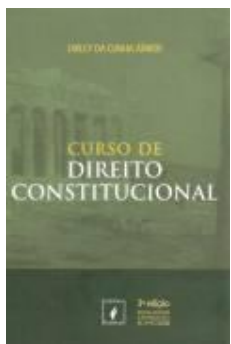
“Partindo de uma espécie de Teoria Geral do Direito Tributário, apresentando os conceitos fundamentais e suas normas gerais, o Autor examina os seus fundamentos, de forma precisa e objetiva, dando ao leitor uma sólida base para penetrar no campo prático dos tributos em espécie. Em seguida, examina o Sistema Tributário Nacional, estudando sistematicamente seus institutos e regras gerais (a partir da Constituição e do CTN) para, a seguir, analisar cada figura impositiva sob os aspectos da competência, função, fato gerador, base de cálculo, lançamento, etc. Reunindo também estudos complementares sobre o processo administrativo tributário, sobre o processo judicial tributário e sobre o ilícito tributário.”.



BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 342 B285**

SINOPSE:

“O livro Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, do professor Luís Roberto, é uma introdução abrangente à teoria da Constituição e ao direito constitucional, conduzida por um autor reconhecido nacional e internacionalmente. A visão humanista do doutrinador e a perspectiva prática do advogado constitucionalista dão a esta obra um toque de originalidade e fascínio, que a tornam atraente, a um só tempo, para jovens iniciantes e para profissionais experientes.”.



CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 3ª ed.. Salvador: JusPodivm, 2009. **Localização: 342 C34**

SINOPSE:

“Aborda os temas das ações constitucionais, em especial as ações de habeas corpus, mandado de segurança, ação popular e considerações relevantes a respeito do Ministério Público. São apresentadas considerações feitas sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios à mais nova e recente EC nº 57, promulgada pelo Congresso Nacional em 18 de dezembro de 2008, que acrescentou o art. 96 ao ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006.”.



SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de direito constitucional**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009. **Localização: 342 S578**

SINOPSE:

“Elaborado dentro da perspectiva de consolidação da cultura constitucional, indicando decisões do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais ao solucionarem conflitos com amparo nas normas constitucionais. Atualizado até a EC nº 57, de 18 de dezembro de 2008, e Súmula Vinculante nº 14, de 9/02/2009 (com comentários às Leis 11.417/06 'Súmula Vinculante' e 11.418/06 Repercussão Geral de Questões Constitucionais).”.



SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2009. **Localização: 342 S581**

SINOPSE:

“Esta edição, esta de acordo com todas as Emendas Constitucionais até a EC 57, foi submetida a uma revisão. Abrangendo todo o sistema constitucional positivo brasileiro, destina-se a estudantes e estudiosos do Direito Constitucional. Apresenta todas as Emendas Constitucionais já promulgadas, de modo a que professores e alunos possam encontrar nela as informações necessárias para atender aos programas de ensino, bem como esclarecimentos das dúvidas mais comuns, enquanto os profissionais do Direito dela se servem como guia.”.



BONAVIDES, Paulo. **A Constituição aberta**. São Paulo: Malheiros, 2004. **Localização: 342.4 B691**

SINOPSE:

“Além dos temas políticos e constitucionais que já constituíam a 1ª edição desta obra, tratados de forma elegante e agradável, apesar de toda a sua profundidade e densidade, o autor reuniu, nesta nova edição, uma segunda parte, onde estuda o que chama de federalismo das regiões - tendência para a qual apontam e afluem todos os desdobramentos sociais e políticos deste fim de século (...) para uma versão nova e essencial de união, cuja base de concretude já não pode menosprezar a realidade regional.”



GONÇALVES, Carlos Roberto . **Responsabilidade civil**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 347.51 G625**

SINOPSE:

“Dividido em duas partes, este livro traz uma análise detalhada da responsabilidade civil em geral e da responsabilidade civil automobilística e encontra-se de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002). Primeiramente examina assuntos da atualidade, como a responsabilidade decorrente do dano atômico, do dano ecológico, do dano provocado pela AIDS e aspectos do Código de Defesa do Consumidor, que trouxe profundas alterações ao regime da responsabilidade civil de médicos, dentistas, engenheiros, bancos e depositários. A segunda parte aborda a responsabilidade civil automobilística, contendo comentários e jurisprudência a respeito de cada assunto.”.



DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 5ª ed. São Paulo: RT, 2009. **Localização: 347.6 D553**

SINOPSE:

“As transformações verificadas na sociedade a partir da metade do século XX revolucionaram o conceito clássico de entidade familiar, impondo a reformulação dos seus critérios interpretativos de modo a albergar novas formas de convívio. De maneira bastante didática, a autora faz uma leitura crítica do atual Código Civil. Traz uma apresentação diferenciada dos temas convencionais, com assuntos que normalmente não aparecem no Direito de Família, entre os quais famílias plurais, situação legal da mulher e dano moral. Faz referências às posições divergentes da doutrina e às orientações jurisprudenciais distintas, sempre colocando seu ponto de vista nas questões que geram maior polêmica.”



FARIAS, Christiano Chaves de; ROSENTHAL, Nelson. **Direito das famílias**. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009. **Localização: 347.6 F238**

SINOPSE:

“Um livro da contemporaneidade. Que inova e renova, mas também mantém a consistência dos clássicos e tradicionais livros que percorrem todo o do Direito de Família. Traz novos elementos e paradigmas para melhor organização jurídica das famílias. Atualizada de acordo com a Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha e com a Lei nº 11.441/07 - Lei da Separação, Divórcio e Inventário Extrajudiciais; com a Lei nº 11.698/08 - Lei da Guarda Compartilhada; com a Lei nº 11.804/08 - Lei dos Alimentos Gravídicos; com a Lei nº 11.924/09 - Lei de Acréscimo de Sobrenome de Padrasto; com a Lei nº 12.004/09 – Nova Lei da Presunção de Paternidade; e com a Lei nº 12.010/09 - Lei Nacional de Adoção.”

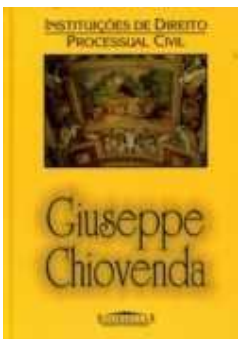


DIAS, Maria Berenice. **Manual de sucessões**. São Paulo: RT, 2009.

Localização: 347.65 D553

SINOPSE:

“A presente obra pretende uma releitura desse ramo do Direito, na busca de uma justiça mais atenta à realidade da vida. Assim, ao lado de suas preocupações didáticas, evidenciadas em representações gráficas, na bibliografia e na legislação complementar fornecidas, no dicionário, aborda questões do mundo moderno esquecidas ou evitadas pelo Código Civil e pela legislação extravagante, como a sucessão nos diversos tipos atuais de família, a eutanásia. A posição pessoal da autora se faz presente em todos os temas nos quais discorda das posições da doutrina e das tendências da jurisprudência, mas estas são sempre informadas e discutidas.”



CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. 4ª. ed., Campinas: Bookseller, 2009. **Localização: 347.9 C467**

SINOPSE:

“Giuseppe Chiovenda é considerado o pai da Escola do Direito Processual italiana, reunindo vários discípulos e seguidores em todo o mundo. Em Instituições de Direito Processual Civil, considerado por muitos sua obra prima, o autor lapida as imperfeições e preenche as lacunas da sua obra anterior, Princípios de Direito Processual Civil, o autor consegue expressar sinteticamente todas as matérias jurídicas, expondo tanto conceitos fundamentais do processo quanto da doutrina das ações. Uma obra fundamental para a educação de juristas de todas as épocas.”



MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação popular: proteção do erário, do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente**. 6ª. ed. São Paulo: RT, 2009. **Localização: 347.922 M237**

SINOPSE:

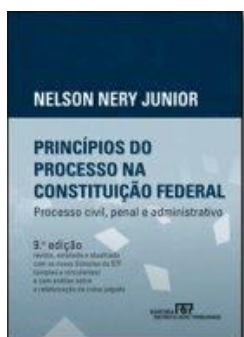
“O presente trabalho analisa a ação popular em sua conotação predominantemente processual, sem descuidar, todavia, dos aspectos atinentes aos direitos administrativo e constitucional que permeiam o tema. A obra vem estruturada na seqüência lógica de um processo de conhecimento que se desenvolve num rito ordinário, correspondendo, assim, à natureza processual da ação popular. O autor identifica e enfrenta com apoio na doutrina e jurisprudência, os aspectos mais relevantes e polêmicos da ação popular como: proteção do erário público, a proteção do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural do país.”



MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Atlas, 2009. (obra completa em 3 volumes). **Localização: 349.9 M783**

SINOPSE:

“Apresenta uma linguagem simples e clara sobre processo, o que facilita sobremaneira a consulta do livro. O volume 1 trata da teoria geral do processo e do processo de conhecimento, paralisando as anotações a partir do momento em que desfechadas foram as considerações relativas à sentença e à coisa julgada, O volume 2 ocupa-se das questões relativas aos recursos e à ação de execução, enquanto o volume 3 trata das medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar e dos procedimentos especiais; todos interligados por uma linha lógica de raciocínio. Traz as leis nº 11.187/2005 (Novo Agravo), 11.232/2005 (Cumprimento da Sentença), 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006.”



NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na Constituição**. São Paulo: RT, 2009. **Localização: 349.9:342.4 N369**

SINOPSE:

“Um clássico estuda os princípios constitucionais regentes do Direito Processual Civil, e é inaugurada com dois capítulos fundamentais, sobre norma, princípio, regra, garantia e direito e sobre processo e Constituição. A seguir, são examinados, sob o enfoque doutrinário e jurisprudencial, os princípios: devido processo legal, isonomia, juiz e promotor natural, inafastabilidade do controle jurisdicional, contraditório e ampla defesa, proibição da prova ilícita, publicidade dos atos processuais, duplo grau de jurisdição, motivação das decisões judiciais e administrativas, presunção de não-culpabilidade e celeridade e duração razoável do processo...”



SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 347.922:347.955 S714**

SINOPSE:



“Como o título revela, trata-se de uma introdução ao estudo dos recursos cíveis e da ação rescisória. Este ensaio originou-se da atualização da monografia apresentada ao final do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Processual Civil do Instituto Brasileiro de Direito Processual, e da unificação das apostilas com o conteúdo das aulas ministradas na disciplina Direito processual civil III.”

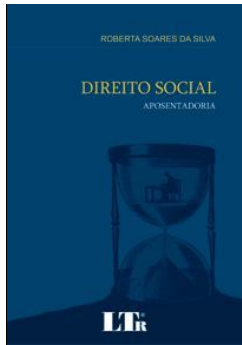


KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 6ª. ed. Salvador: JusPodivm, 2009. **Localização: 369:34 K47**

SINOPSE:

“O autor utiliza uma linguagem simples para tratar a questão do direito previdenciário apresenta as sinopses, tabelas e questões comentadas proporcionam fácil compreensão e ótima preparação para as provas de concursos públicos. Conforme: Decreto 6.727, de 12 de janeiro de 2009 (Altera o Decreto 3.048/99, modificando regras de processo administrativo e de tributação previdenciária); Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008 (Alterou o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e o Simples Nacional e criou o Microempreendedor Individual); MP 447, de 14 de novembro de 2008 (Alterou a data de pagamento das contribuições previdenciárias); Lei 11.788, de 25/09/2008 (Alterou as regras do estágio).”

	<p>FAVA, Marcos Neves. Ação civil pública trabalhista: teoria geral. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2008. Localização: 331:347.922 F274</p> <p>SINOPSE: “Este livro propõe o esboço da teoria geral das ações coletivas de proteção de direitos trabalhistas. Constatando que o processo civil clássico não soluciona as demandas transindividuais, e afasta o cidadão do acesso efetivo ao Judiciário, no que toca à proteção ao valor-trabalho, os instrumentos coletivos revelam-se indispensáveis e cada vez mais são utilizados pelos atores sociais.”</p>
	<p>BELMONTE, Alexandre Agra. Curso de responsabilidade trabalhista: danos morais e patrimoniais nas relações de trabalho. 2ª ed., São Paulo: LTr, 2009. Localização: 331:347.426 B389</p> <p>SINOPSE: “O art.114 da CF expressamente ampliou a competência da Justiça do Trabalho, para abranger o julgamento das ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes das relações trabalhistas, incluindo os acidentes do trabalho derivados de culpa ou dolo do empregador, ou em decorrência do risco da atividade ou das circunstâncias da prestação do trabalho. De forma clara e didática, o autor propõe uma classificação específica para a responsabilidade trabalhista e analisa as várias hipóteses de dano moral e patrimonial decorrentes das relações de trabalho, a questão da responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas e o regime prescricional aplicável.”</p>
	<p>OLMOS, Cristina Paranhos. Discriminação na relação de emprego e proteção contra a dispensa discriminatória. São Paulo: LTr, 2008. Localização: 331.101.24:342.724 O61</p> <p>SINOPSE: “Esta obra é resultado da constatação da discriminação nas relações de emprego e das conseqüências nefastas ao trabalhador que sofre a prática discriminatória. Trata de diversas hipóteses de discriminação perpetrada nas relações de trabalho e ilustramos o estudo com decisões dos Tribunais a respeito da matéria. Além de abordar especificamente a discriminação do empregado como causa do encerramento do contrato de trabalho e das medidas jurídicas que podem ser adotadas em tal hipótese. Concluindo que o combate à discriminação na relação de emprego não é preocupação que deve se restringir às relações individuais, porque ainda que o ato discriminatório seja praticado em relação à determinada pessoa, toda a sociedade é atingida pelos males decorrentes da discriminação.”</p>
	<p>DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2008. Localização: 331.105.44:34 D392</p> <p>SINOPSE: “A obra trata das funções, conteúdo, normas, princípios e institutos do direito coletivo; como por exemplo: sindicato, negociação coletiva, greve, mediação e arbitragem. Desponta aqui ainda capítulo sobre os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos vinculados à área trabalhista. Sempre atento à Constituição e à prática jurisprudencial, o livro também produz reflexão intensa sobre a crise do sindicalismo, apontando direções para a maior democratização e efetividade do Direito Sindical no Brasil.”</p>



SILVA, Roberto Soares da. **Direito social:** aposentadoria. São Paulo: LTr, 2009.

Localização: 331.25 S583

SINOPSE:

“Esta obra tem por finalidade a análise da diferença ontológica entre a aposentadoria por tempo de serviço e por tempo de contribuição, no Regime Geral de Previdência Social brasileiro, a partir da evolução dos direitos. A aposentadoria por tempo de contribuição é uma proteção social que se constitui em um instituto jurídico relativamente novo no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que surgiu com a Emenda Constitucional n. 20/1998, substituindo a aposentadoria por tempo de serviço, sendo os principais fatores determinantes da reforma legislativa de um instituto jurídico por outro a redução da taxa de mortalidade e natalidade, com o conseqüente aumento da expectativa de vida do brasileiro e o incremento do trabalho no mercado da informalidade...”.



TARTUCE, Fernanda; SARTORI, Fernando; coord. de SANTOS, Vauleidir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem:** civil. 7. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 1) **Localização:** 347(079.1) T198

SINOPSE:

“Esta série apresenta ao candidato o conteúdo exigível, estritamente necessário, para aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem em uma linguagem clara e objetiva. A partir da lei, das lições de grandes nomes do Direito Civil brasileiro e da tendência jurisprudenciais, apresenta no seu conteúdo: parte geral do direito civil, obrigações, contratos, sucessões, responsabilidade civil, família, de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos. Os livros da série trazem, ao final de cada capítulo, questões (de vários Estados) pertinentes ao tema exposto, selecionadas de exames oficiais, para que o candidato possa avaliar o grau de compreensão e o estágio de sua preparação.”.



MONTENEGRO FILHO, Misael; coord. de SANTOS, Vauleidir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem:** processo civil. 7. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 2) **Localização:** 347.9(079.1) M783

SINOPSE:

“Esta série apresenta ao candidato o conteúdo exigido para uma preparação completa e seguro à aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem. A partir do estudo dos grandes autores do direito processual civil brasileiro e da tendência jurisprudenciais, o livro apresenta no seu conteúdo: Teoria geral do processo: jurisdição, ação e processo; deveres das partes e procuradores, competência, defesa do réu, atos processuais, recursos, processo de execução, processo cautelar, das provas, procedimentos especiais, cumprimento da sentença, de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos.”.



NADAL, Fábio; SANTOS, Vauleidir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem:** administrativo. 6. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 3)

Localização: 35:34(079.1) N127

SINOPSE:

“Esta série apresenta ao candidato o conteúdo exigido para uma preparação completa e seguro à aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem. O volume 3 apresenta o direito administrativo, em seu conteúdo o livro traz os princípios da administração pública, atos administrativos, serviço e servidores públicos, administração indireta, bens públicos, licitação, contratos administrativos, parceria público privada, processo administrativo e improbidade administrativa de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos.”.



BARREIRINHAS, Robinson Sakyama; coord. de SANTOS, Vauledir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem:** tributário. 6. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 4) **Localização:** 336.22:34(079.1) B253

SINOPSE:

“O volume 4 apresenta como temática o direito tributário, em seu conteúdo o livro apresenta as definições e espécies de tributos; a competência tributária; os princípios da tributação; a legislação tributária suas fontes, vigência, aplicação, interpretação e integração; a sujeição passiva; o crédito tributário; a suspensão e exclusão do crédito tributário; os impostos e os crimes tributários entre outros de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos.”.



MORAES, Geovane; CAPOBIANCO, Rodrigo Julio; coord. de SANTOS, Vauledir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem:** penal. 6. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 5) **Localização:** 343(079.1) M82

SINOPSE:

“Este volume 5 apresenta como temática o direito penal, em seu conteúdo o livro traz os conceitos e as fontes do direito penal; teoria geral do crime; antijuridicidade ou ilicitude; culpabilidade; penas e medidas de segurança; suspensão condicional da pena; livramento condicional; efeito da condenação; punibilidade e causas extintivas; crimes contra a pessoa; crimes contra a propriedade e o patrimônio; crimes contra a organização do trabalho, contra a família e os costumes e contra a administração pública entre outros de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos.”.



SANTOS, Vauledir Ribeiro; TRIGUEIROS NETO, Arthur da Motta. **Como se preparar para o exame de ordem:** processo penal. 8. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 6) **Localização:** 343.1(079.1) S239

SINOPSE:

“O volume 6 traz como temática o processo penal, no conteúdo o livro aborda a aplicação do direito processual penal; a jurisdição e a competência; o inquérito policial; a ação penal; a ação civil *ex delicto*; a prova; a prisão e a liberdade provisória; os atos processuais e judiciais; a suspensão condicional do processo; a citação e a intimação, nulidade, recursos e apelação de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos. Esta série apresenta ao candidato o conteúdo exigido para uma preparação completa e seguro à aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem.”.



SARAIVA, Renato; Coord. de SANTOS, Vauledir, Ribeiro **Como se preparar para o exame de ordem:** trabalho. 7. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 7) **Localização:** 331:34(079.1) S246

SINOPSE:

“O volume 7 traz como temática o direito do trabalho, material e processual, o livro apresenta também questões relativas ao direito individual do trabalho; alterações, interrupções e suspensão do contrato de trabalho; remuneração e salário; jornada de trabalho; aviso prévio; estabilidade e FGTS; direito coletivo; reclamação trabalhista; competência da justiça do trabalho, recursos e execução trabalhista; mandado de segurança e ação rescisória entre outros de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos.”.



SANTOS, Vauledir Ribeiro; ROCHA, Marcelo Hugo da. **Como se preparar para o exame de ordem: comercial**. 5. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 8) **Localização: 347.7(079.1) S239**

SINOPSE:

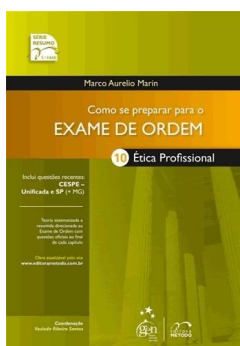
“O direito comercial é a temática apresentada no volume 8, no conteúdo o livro apresenta a teoria geral do direito empresarial, a propriedade industrial, o direito societário, os títulos de crédito, o direito falimentar e os contratos mercantis, de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos. Reformulado e atualizado com o objetivo de apresentar ao candidato o conteúdo exigido para uma preparação completa e seguro à aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem. Traz questões de provas realizadas pelo CESP(OAB Nacional), OAB/SP e OAB/MG ao final de cada capítulo”.



OLIVEIRA, Adriana B. K. de; FERREIRA, Olavo A. V. A.; Coord. de SANTOS, Vauledir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem: constitucional**. 7. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 9) **Localização: 342(079.1) O45**

SINOPSE:

“O volume 9, tem como temática o direito constitucional e traz em seu conteúdo o princípio do direito constitucional; o poder constituinte; a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação constitucional; princípios e garantias do direitos fundamentais; o controle de constitucionalidade; a organização do estado e dos poderes; as funções essenciais à justiça entre outros, de forma clara e simplificada. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos. Além de apresentar ao candidato o conteúdo exigido para uma preparação completa e seguro à aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem.”.



MARIN, Marco Aurélio; Coord. de SANTOS, Vauledir Ribeiro. **Como se preparar para o exame de ordem: ética profissional**. 6. ed. São Paulo: Método, 2009. (Série resumo 1ª fase; v. 10) **Localização: 347.965(079.1) M289**

SINOPSE:

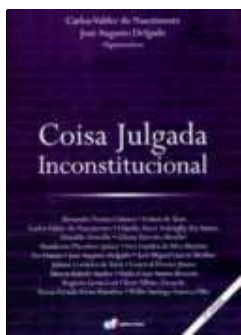
“Sabendo que o estudo da ética esta em ascensão e que a sociedade atual esta cada vez mais interessadas na discussão desse assunto, o volume 10 traz como tema central a ética profissional do, abordando a questões como: a atividade da advocacia; os direitos e deveres do advogado; a sociedade de advogados; dos honorários advocatícios; as infrações e sanções disciplinares; a OAB entre outros, utilizando linguagem sistematizada de maneira clara e objetiva. Auxiliando na compreensão e viabilização global dos assuntos. Com os conteúdos exigidos para aprovação na 1ª fase do Exame de Ordem. Traz questões de provas realizadas pelo CESP (OAB Nacional), OAB/SP e OAB/MG ao final de cada capítulo”.



SARAIVA, Renato. **Como se preparar para a 2ª fase: trabalho: exame de ordem**. 4ª. ed., São Paulo: Método, 2009. **Localização: 331:31(079.1) S246**

SINOPSE:

“Este livro aborda os principais temas discutidos na Justiça do Trabalho para efeito da 2ª fase do Exame de Ordem. Trás dicas e especificidades sobre o direito do trabalho, dúvidas mais freqüentes e alguns modelos de peças.”.



NASCIMENTO, Carlos Valder do; DELGADO, José augusto (org.). **Coisa julgada inconstitucional**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008. **Localização: 342 C636**

SINOPSE:

“Os estudos reunidos nesta obra sobressaem-se pela qualidade e pelo que têm de inovador, carregados de experiência e matizados pelo verniz, matéria-prima fornecida pelo conhecimento jurídico plural. Com efeito, transparece o toque da pena dos seus idealizadores (mentores), expressão de saber pessoal convergente para a realização do todo. Por isso que aqui se constrói o arcabouço teórico da processualística sob o olhar atento do fazer cotidiano do aparato judicial. Ao suscitar a exequibilidade de relativizar a coisa julgada, aponta também, os meios de impugnação de decisões transitadas em julgado...”



SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito**: os delitos fundamentais nas relações entre particulares. 1ª. ed. 2ª tiragem, São Paulo: Malheiros, 2008. (Série teoria & direito público) **Localização: 342 S578**

SINOPSE:

“O autor analisa, aqui, a irradiação dos efeitos das normas (ou valores) constitucionais aos outros ramos do direito. O principal aspecto dessa irradiação, ao qual dá maior ênfase, como indica o subtítulo deste livro, revela-se na vinculação das relações entre particulares a direitos fundamentais, também chamada de efeitos horizontais dos direitos fundamentais.”



BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 342.4 B285**

SINOPSE:

“Obra caracterizada pela clareza e didática, identifica e sistematiza uma teoria da interpretação constitucional. Para facilitar a compreensão do tema, a exposição é dividida em três partes: a determinação da norma aplicável, em que se estuda o conflito de normas no tempo e no espaço; a interpretação constitucional, que apresenta os métodos, conceitos e princípios de hermenêutica constitucional; e o papel do intérprete na aplicação do texto constitucional, expondo os erros e acertos desta tarefa e apontando novos direcionamentos para uma eficiente atuação. É uma obra completa, indicada a todos aqueles que buscam um tratamento objetivo, porém exaustivo, das matrizes do direito constitucional.”



LASSALLE, Ferdinand. **O que é uma Constituição**. 3ª. ed. Campinas: Russell, 2009. Série ouro. **Localização: 344.4 L366**

SINOPSE:

“Tema muito debatido no mundo jurídico, dada a sua importância na maturação em torno do documento que se propõe a estruturar e organizar a vida política de um povo [...] Em reflexão ímpar, Lassalle defendeu a inclusão da classe operária na vida política do Estado, semeando idéias que foram depois desenvolvidas por Marx de forma bastante ampla e tendo como consequência prática a fundação de partidos de trabalhadores, os quais passaram a ocupar cargos eletivos dos poderes Legislativo e Executivo. As mudanças de diversas ordens ocorridas num mesmo momento chamou a atenção de Lassalle, levando-o a refletir sob vários pontos de vista uma única realidade; daí seus trabalhos trazerem contribuições para a economia, a sociologia, a filosofia, história, a política, o direito.”



COELHO, Fábio Alexandre. **Reparação do dano moral**: aspectos que devem ser considerados na fixação da forma ou do valor da reparação. Rio de Janeiro: Juarez de Oliveira, 2009. **Localização: 347.513 C616**

SINOPSE:

“De fato, as discussões envolvendo a forma ou o valor da reparação do dano moral são ainda permeadas por colocações eminentemente subjetivas, sobretudo no que diz respeito à existência e extensão do dano. Por força do exposto, nesta obra são desenvolvidas, de maneira racional, diferentes situações a ele relacionadas, com o auxílio, inclusive, de outras áreas do conhecimento, como é o caso da psicologia e da filosofia quantitativa. A análise do assunto inicia-se com a delimitação do dano de natureza moral, incluída a sua definição, caracterização e divisão. São feitas colocações acerca das possíveis vítimas do dano moral, especialmente sobre a possibilidade de configuração do dano em se tratando do incapaz e do nascituro...”.



ROCHA, Carmen Lucia Antunes. **Constituição e segurança jurídica**: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. 2ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Localização: 342.4:347.121 C758

SINOPSE:

“Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada, assuntos antes afetos exclusivamente aos profissionais da área jurídica, tornaram-se assuntos populares. Todo mundo quer se ver respeitado em seus direitos adquiridos. Esta obra é um esforço de um grupo de juristas que reuniram-se na busca de estudos que ajudem no esclarecimento dos pontos obscuros ou polêmicos, que ainda predominam quanto ao princípio da segurança jurídica...”



NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. São Paulo: RT, 2008.

Localização: 343.195 N876

SINOPSE:

“Esta obra traz as regras advindas com as Leis 11.689/2008 e 11.690/2008, parte significativa da chamada 'Reforma do CPP'. Em visão global e sistematizada, o autor analisa a instituição do Tribunal do Júri, tratando dos seus princípios constitucionais e aspectos históricos, do procedimento especial trifásico, dos recursos, das ações de impugnação cabíveis e dos aspectos ligados à execução penal. Traz, ainda, questões polêmicas relativas ao tema e quadros com os principais destaques da reforma.”



KRETSCHMANN, Ângela. **Dignidade humana e direitos intelectuais**: re(visitando) o direito autoral na era digital. Florianópolis: Conceito, 2008. **Localização: 347.78:342.7 K92**

SINOPSE:

“O direito de propriedade intelectual, em especial o ramo do direito autoral, é tratado paralelamente à teoria dos direitos humanos, e seu núcleo, a dignidade da pessoa. O livro trata, entre outros assuntos, de direitos humanos e direitos intelectuais, direitos 'personalíssimos' e direito autoral, a questão extrapecuniária do direito de autor, direito autoral, ética e informática e o direito de autor na era digital.”



Direito processual coletivo e o anteprojeto de código brasileiro de processos coletivos. Coordenação de: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo. São Paulo: RT, 2007. **Localização: 347.9 D635**

SINOPSE:

“Os resultados colhidos do dia-a-dia forense e dos debates acadêmicos demonstram que as soluções oferecidas pelos processos coletivos podem e devem ser aperfeiçoadas. Os princípios e normas gerais pertinentes a esse tipo de demanda precisam ser reunidos em uma codificação, dando tratamento sistemático e atual para a tutela coletiva, bem como preenchendo as lacunas existentes e dando respostas às dúvidas e controvérsias que grassam no meio jurídico. A elaboração recente do Código Modelo para Processos Coletivos, no âmbito dos países ibero-americanos, reavivou e consolidou a vontade de se repensar a legislação brasileira em torno das ações coletivas...”



BUENO, Cassio Scarpinella. O poder público em juízo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 349.9:35.076 B941**

SINOPSE:

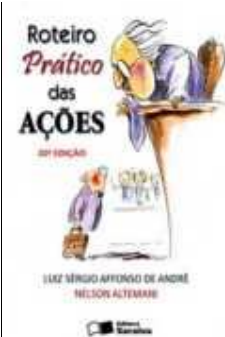
“O autor faz ampla análise das regras e princípios aplicados à atuação processual da Fazenda Pública, não poupando críticas a que ele denomina "contra-reforma" do processo civil. Sem olvidar as Leis n. 10.352/2001, 10.358/2001 e 10.444/2002, esta obra trata das repercussões negativas da Medida Provisória n. 2.180-35, que nega efeito a avanços de nossa legislação e retarda o provimento jurisdicional, prejudicando, assim, o devido processo legal. Com relação ao pedido de suspensão de execução de liminar previsto na Lei n. 8.437/92, às ações coletivas e de improbidade administrativa propostos contra o Poder Público, são também ressaltados os artifícios legislativos utilizados para dificultar as pretensões contra a Administração...”



MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 347.922.3 M429**

SINOPSE:

“Este livro nasceu com a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e foi sendo ampliado e aprimorado a cada ano, acompanhando as alterações legislativas e a evolução jurisprudencial e doutrinária. É obra em matéria de tutela coletiva, que analisa as questões processuais atinentes à ação civil, das pessoas com deficiência, das crianças e adolescentes, dos idosos, das mulheres, das pessoas discriminadas e de todos os demais interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.”



ANDRÉ, Luiz Sergio Affonso de. Roteiro prático das ações. 20ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 347.922.6 A573**

SINOPSE:

“Esta obra traz, com esquemas gráficos, a análise objetiva dos procedimentos das ações contenciosas, os incidentes procedimentais, os procedimentos dos recursos, das execuções e das medidas cautelares, além de examinar os procedimentos especiais de jurisdição voluntária e aqueles procedimentos regidos por leis esparsas. Apresenta, ainda, um quadro sinótico com todos os prazos relativos às ações, esgotando a matéria e esclarecendo as dúvidas sobre a praxe processual vigente.”



MALLET, Estevão. **Ensaio sobre a interpretação das decisões judiciais**. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 347.951 M22**

SINOPSE:

“A despeito de sua inegável importância teórica e prática, o problema de interpretação das decisões judiciais é muito pouco considerado pela doutrina brasileira. No mais das vezes, quando não é completamente negligenciado, recebe tratamento apenas incidental, em algumas poucas linhas, escritas nas obras gerais de processo. Eis a razão para a publicação que ora se faz, em que se pretenda dar início à mais aprofundada reflexão sobre o tema, com indicação de alguns critérios que devem presidir a interpretação das decisões judiciais, como entre outros, o da presunção de julgamento conforme a lei e o da presunção de julgamento conforme a jurisprudência.”



Execução fiscal. Coord. de: MARTINS, Ives Granda da Silva. 4ª. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. **Localização: 336.22 E96**

SINOPSE:

“Renomados juristas se debruçaram sobre o direito tributário e sua relação com processo de execução fiscal e apresentam sua visão sobre as questões levantadas, tais como: É válido proceder à penhora on-line antes de intimado o contribuinte para promover a garantia do juízo? Pode o fisco, a despeito das prerrogativas que cercam a cobrança do crédito tributário, aplicar sanções políticas ao devedor, tais como levar a protesto a certidão de dívida ativa ou determinando a inclusão de seu nome no SERASA? À luz da Constituição, é possível instituir validamente a execução do crédito tributário por autoridade diversa da jurisdicional?.”



FERRETTO, Vilson. **Contratos agrários: aspectos polêmicos**. São Paulo: Saraiva, 2009. **Localização: 349.42:347.44 M237**

SINOPSE:

“Por sua atualidade e utilidade, é uma leitura indicada a todos os partícipes e interessados no desenvolvimento da economia nacional nos setores da produção agropastoril. O objetivo da obra é destacar os aspectos mais relevantes e polêmicos do Direito Agrário, ocorrentes no dia-a-dia forense, particularmente em relação aos contratos agrários. No desenvolvimento do tema, o autor compila, examina e discute a legislação agrária, a doutrina e a jurisprudência dos Tribunais.”



Crime de sonegação previdenciária. Coord. de: NASCIMENTO, Carlos Valder do. São Paulo: Malheiros, 2008. **Localização: 369:336.22 C97**

SINOPSE:

“O autor utiliza uma linguagem simples e busca sistematizar a opinião de juristas sobre o crime de sonegação previdenciária. Além da questão decadencial e da inconstitucionalidade do art. 45 da Lei de Seguridade Social, cuida de temas como a prejudicialidade e a procedibilidade. Também a excludente de antijuricidade com relação ao denominado crime de sonegação previdenciária teve tratamento adequado.”



PAIVA, Rodrigo Camará Arantes Garcia de. **A reparação do dano moral nas relações de trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.104:347.513 S352**

SINOPSE:

“Esta obra tem por objetivo apresentar um estudo sobre uma das mais expressivas conquistas do cidadão nos últimos tempos no plano da responsabilidade civil, a reparação do dano moral na relação de trabalho, bem como trazer critérios que podem auxiliar o magistrado quando da fixação do quantum a ser arbitrado a título de indenização à vítima.”.



MELO, Raimundo Simão de. **Direito Ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador**. 4ª ed., São Paulo: LTr, 2010. **Localização: 331.4:34 M486**

SINOPSE:

“Esta obra trata do ambiente de trabalho seguro e adequado, que é um direito humano fundamental do trabalhador, e que ante o seu descumprimento, responde o empregador e tomador de serviços por danos materiais, morais (individual e coletivo), estético e pela perda de uma chance, cujas indenizações podem atingir altas somas.”.



MARTINS, Sergio Pinto. **Participação dos empregados nos lucros das empresas**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331.107.5 M346 L99**

SINOPSE:

“Aborda a participação nos lucros desde sua concepção histórica, analisa sua natureza jurídica, o problema da desvinculação da remuneração e autoaplicabilidade do inciso XI da art. 7º da Lei Maior. O autor completa a abordagem enfocando ainda o conceito de lucros e resultados, bem como as vantagens e desvantagens do sistema, estudando as medidas provisórias que foram editadas, além das várias características nelas contidas.”.



SILVA, Bruno Freire. **A aplicação do CPC reformado às execuções trabalhista e fiscal: uma análise da teoria do abuso de direito aplicada ao poder do empregador**. São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331.104:343.54 S775**

SINOPSE:

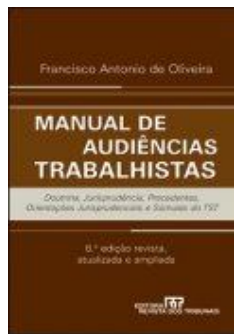
“Este livro é fruto de tese de doutorado defendida na PUC-SP, por meio da qual o autor propôs um modelo de unidade processual para os principais sistemas de execução e foi aprovado com nota máxima. A proposta partiu da análise da aplicação subsidiária do CPC reformado à execução trabalhista e fiscal. A principal contribuição à ciência processual consiste num inédito trabalho de sistematização e integração das normas dos três sistemas, tormentoso tema no dia-a-dia dos operadores do direito.”.



SOUZA, Karlla Patrícia. **Processo do trabalho e a execução provisória, rumo à efetividade do processo.** São Paulo: LTr, 2008. **Localização: 331:347.952.6 S715**

SINOPSE:

“O objetivo deste trabalho é analisar a execução trabalhista à luz da visão instrumental do processo, que busca satisfazer seus escopos políticos, jurídicos e sociais, propondo, a partir da nova sistemática da execução provisória, mudanças na legislação e na jurisprudência sumulada do TST. É nossa missão contribuir para que o processo do trabalho caminhe rumo à efetividade”.



OLIVEIRA, Francisco Antônio. **Manual de audiências trabalhistas.** 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331:347.939 O97 M346**

SINOPSE:

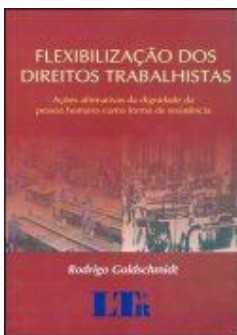
“No processo do trabalho, a audiência é una e o princípio da oralidade é mais intenso. Assim, os argumentos contrários ou favoráveis a determinada matéria devem aflorar com relativa facilidade para o advogado. Com o objetivo de tornar menos árdua a tarefa do estudante de Direito e do advogado iniciante, esta obra traz a matéria de forma didática e em seqüência lógica, consoante aconteceria em uma sessão de audiência. Esta nova edição foi ampliada em quatro capítulos: um sobre noções de medidas cautelares, outro sobre noções de inconstitucionalidade (difusa e concentrada) e os dois últimos sobre o novo instituto da prescrição e sua transformação do ponto de vista estrutural (Lei 11.280/2006).”.



ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **Do estado liberal ao estado social.** São Paulo, Malheiros, 2009. **Localização 321.01:342.1 B691**

SINOPSE:

Abandonando o ultrapassado liberalismo do século XIX e diante do fracasso do socialismo real do século XX, a teoria política do novo século só pode chegar à paz e ao progresso dos povos através do Estado Social. O Autor focaliza, com raro brilhantismo, os vários aspectos que se têm apresentado nessa evolução, analisando as ideologias que se desenvolveram ao longo dessa caminhada.



GOLDSCHMIDT, Rodrigo. **Flexibilização dos direitos trabalhistas.** São Paulo, LTr, 2009. **Localização 331:34 G575**

SINOPSE:

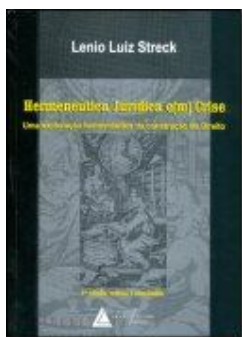
O artigo 170 da Constituição de 1988 determina, de forma muito clara, que o poder econômico deve valorizar o trabalho humano; e seu objetivo precípua é assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social. Por tal razão, não é difícil constatar que o capital (ou o poder econômico) é o meio para assegurar e promover a dignidade do ser humano, sendo ilegítimo e inconstitucional qualquer raciocínio que pretenda inverter esta ordem, ou seja, colocar o homem como meio, como um fator de produção, para fomentar o capital, sem dele participar ou se beneficiar. Com efeito, a afirmação dos direitos trabalhistas, cujo fundamento filosófico está calcado nos princípios juslaborais, constitui a forma mais adequada e eficaz de distribuição de riquezas e de benefícios, oriundos do capital, para a generalidade dos homens.



OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. **(Re)pensando o princípio da proteção na contemporaneidade**. São Paulo, LTr, 2009. **Localização 331:34 O45**

SINOPSE:

Assim, de forma corajosa e por que não dizer? revolucionária, o autor cogitou a possibilidade de repensar, de forma inovadora, o Princípio da Proteção, tanto pela persistência da hipossuficiência, quanto pela defesa da força normativa e vinculante dos princípios constitucionais trabalhistas. Ele defende, ainda, o expansionismo da tutela laboral, que é reforçado pela ampliação da competência da Justiça do Trabalho e pela experiência italiana do contrato a projeto, sem abrir mão de apresentar propostas de lege lata e de lege ferenda.



STRECK Lenio Luiz . **Hermenêutica jurídica e(m) crise**. 8ª ed. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2009. **Localização: 340.132.6 S895**

SINOPSE:

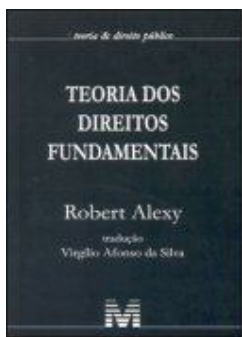
Obra que permite ao leitor um estudo dos progressos da lingüística e hermenêutica filosófica neste século, sempre sob a perspectiva do direito, preenchendo lacuna notória no meio jurídico brasileiro.



HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Sergio A. F. Editor, 1991. **Localização: 342.4 H516**

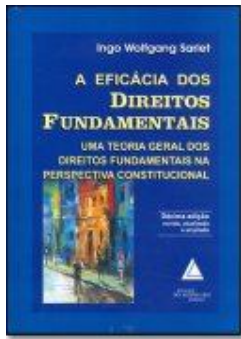
SINOPSE:

Este trabalho do Professor Konrad Hesse, base de sua aula inaugural na Universidade de Freiburg - RFA, em 1959, é um dos textos mais significativos do Direito Constitucional moderno. Esta edição brasileira tem como objetivo fomentar a discussão sobre o significado e o valor da Constituição e sobre a necessidade de preservar a sua força normativa.



ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros, 2008. **Localização: 342.7 A366**

SINOPSE: Os Direitos fundamentais têm uma importância fundamental no ordenamento jurídico. No entanto, ainda subsistem profundas disputas acerca de questões centrais da teoria dos direitos fundamentais. Levando em consideração sobretudo à jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal alemã, cujos pontos centrais são uma dos princípios e uma teoria sobre a estrutura dos direitos subjetivos. A teoria dos princípios é uma teoria axiológica livre de suposições insustentáveis. A partir dessa base são tratados os principais problemas da dogmática dos direitos fundamentais. A parte final da obra é dedicada ao papel dos direitos fundamentais no sistema jurídico



SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2009. **Localização: 342.7 S253**

SINOPSE:

Atualizada em várias passagens com acréscimos importantes em termos de conteúdo, clarifica algumas das posições doutrinárias do autor, agrega tópicos e dialoga com alguns críticos, que com a sua leitura ativa acabam contribuindo também para um aperfeiçoamento da base argumentativa da obra. Constitui um marco relevante no pensamento constitucionalista do nosso país, com a reflexão do autor sobre temas da maior importância para o nosso Direito, inclusive com enfoques sobre o sistema dos direitos fundamentais na Constituição e o problema da eficácia desses direitos.



GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line no direito processual do trabalho**. Porto Alegre, Livraria do Advogado 2008. **Localização 347.28:347.9 G575.**

SINOPSE:

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar as implicações jurídicas, vantagens e desvantagens da utilização do chamado sistema BACEN-JUD de penhora 'on line'. Criado por meio de um convênio de cooperação técnico-institucional, firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário, o mecanismo surgiu como forma de solução tecnológica moderna no combate a falta de efetividade no processo de execução.



BUARQUE, Sidney Hartung. **Da demanda por dano moral na inexecução das obrigações** Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007. **Localização 347.41/.426.4 B931.**

SINOPSE: "Embora a sede de reparação do **DANO MORAL** seja, em princípio, o ilícito extracontratual, não se vê qualquer obstáculo legal - enfatiza o autor - desamparando a extensão do reconhecimento do **DANO MORAL** também na responsabilidade decorrente da quebra negocial. O que se deve ter em conta, e neste aspecto é fundamental, é que não é o inadimplemento que causa o **DANO MORAL**, mas as conseqüências que dele decorrem para o lesado. O importante, portanto, para a configuração do **DANO MORAL** não é o ilícito em si mesmo (contratual ou extracontratual), mas sim a repercussão que ele possa ter. Uma mesma agressão, uma só violação do dever jurídico, pode acarretar lesão em bem patrimonial e personalíssimo, gerando **DANO** material e **MORAL**



GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva. **Direito processual administrativo: comentários à lei n. 9.784/99 com as alterações da lei n. 11.417/06**. Belo Horizonte, Forum 2008. **Localização: 35:347.9 G978**

SINOPSE:

O Processo Administrativo tem seu valor posto em destaque, na obra ora dada à publicidade, por constituir importante instrumento de garantia individual, de participação democrática do cidadão na Administração Pública e de proteção dos direitos individuais. Trata-se de meio procedimental relevante cuja observância constitui requisito de validade à prática de ato administrativo.



RIGOLIN, Ivan Barbosa. **O Servidor Público nas reformas constitucionais**. 3. ed. Belo Horizonte, Forum, 2008. **Localização: 35.08(094.9) R428**

Este livro reúne doze artigos que vêm sendo sistematicamente publicados por conceituados periódicos e sua matéria é constituída apenas do unipessoal comentário às modificações que a Constituição Federal, desde 1988, vem introduzindo sobre o disciplinamento do tema relativo aos servidores públicos no Brasil.

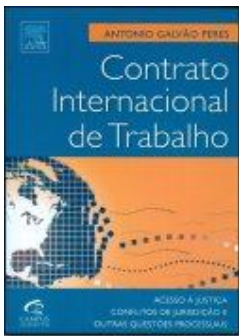


FURTADO, Monique Rafaella Rocha et al. **Gestão de contratos de terceirização na administração pública : teoria e prática**. 3ª ed. Belo Horizonte, Forum 2008.

Localização: 351.712.2 V713

SINOPSE:

Você sabe quantas normas jurídicas (leis, medidas provisórias, decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, etc.) são necessárias para embasar o processo de contratação na Administração Pública? Desde a formalização do procedimento licitatório, definições das especificações do objeto, orçamento detalhado na composição das planilhas e na gestão dos contratos? Neste livro procuramos reunir o maior número de normas jurídicas na sua complexidade a fim de subsidiar no dia-a-dia a Administração, inclusive na análise do preço exequível, além de dispormos uma minuta de norma exemplificativa para auxiliar na gestão dos contratos.



PERES, Antonio Galvão. **Contrato internacional de trabalho: acesso à justiça, conflitos de jurisdição e outras questões processuais**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009. **Localização: 341.981:331.106 P51**

SINOPSE:

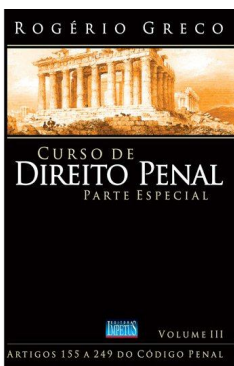
Este livro trata dos conflitos envolvendo os contratos internacionais de trabalho partindo de uma premissa - o acesso à justiça. No âmbito do direito internacional, há conflitos a serem resolvidos - os de leis no espaço, de jurisdições e na relação jurídica material.



BORNIA, Josiane Pilau. **Discriminação, preconceito e direito penal**. Curitiba, Juruá 2009. **Localização: 343.1:342.724 B741**

SINOPSE:

A presente obra objetiva conhecer e diferenciar termos como discriminação, preconceito, racismo, cor e religião, que foram utilizados no referido Diploma Legal sendo que, para tanto se faz necessária uma abordagem extrajurídica, especificamente sociológica, que viabilizará a compreensão quanto a eles. Na seqüência, analisa-se o conteúdo jurídico-penal em que se destacam o bem jurídico, os sujeitos ativo e passivo, os tipos penais e as respectivas sanções penais constantes na legislação atual. A análise desenvolvida, sob a perspectiva da dogmática penal, visa aclarar o entendimento dos crimes dessa espécie, indicar as eventuais incongruências dos tipos penais, bem como apontar os motivos da mínima efetividade da Lei.



GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Niteroi, Impetus, 2009-2010. Obra completa em 4 volumes. **Localização: 343 G829.**
SINOPSE

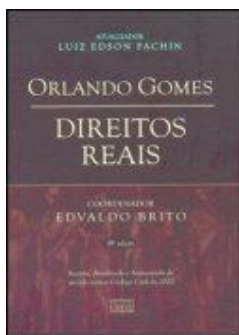
v. 1 - (arts.250 a 361do CP) Esta edição apresenta-se extremamente atual quanto ao conteúdo, trazendo em seu bojo atualizações e/ou comentários sobre as mais recentes alterações legislativas. v. 2 - (arts. 121 a 154 do CP)- fornece as ferramentas necessárias para a análise das figuras típicas. Em seguida, são examinados todos os tipos penais contidos no título, correspondente aos “Crimes contra a Pessoa” ; v. 3 - (arts.155 a 249 do CP)- Com linguagem direta, acessível e atual, trata de crimes contra o patrimônio, furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, fraude, estupro, assédio sexual, tráfico internacional de pessoas, entre outros; v. 4 - (arts.250 a 361do CP) Entre alguns pontos, podemos citar os seguintes: incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso, quadrilha ou bando etc.



CARVALHO NETO, Inácio de. **Abuso do direito**. 5ª ed. Curitiba, Juruá 2009. **Localização: 347.13/.14 C326**

SINOPSE:

Neste volume: • Conceito. • Noções Históricas do Abuso do Direito. • O Abuso no Direito Estrangeiro. • Afirmação da Teoria. • Critérios para a Qualificação do Abuso. • Noções de Responsabilidade Civil. • Autonomia Dogmática do Abuso do Direito. • Sanções do Ato Abusivo. • Abuso do Direito e Realidades Epistemológicas Afins. • Aplicação da Teoria.



GOMES, Orlando. **Direitos reais**. Coordenador: Edvaldo Brito. 19ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2008. **Localização: 347.2 G612**

SINOPSE:

Trata-se de uma obra que abrange todos os ramos do Direito Civil, expressando de maneira muito didática os princípios e alicerces fundamentais nos quais se funda o Direito Civil. Os livros didáticos do autor, com edições sucessivas, são adotados como compêndios escolares pelos professores mais qualificados de todas as Faculdades de Direito do Brasil as teses expressas nesse e em outros trabalhos de sua autoria são hoje em dia as mais invocadas nas peças jurídicas forenses, as mais comentadas nos arestos da justiça brasileira e as mais transcritas na literatura jurídica lusitana.



MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública**. 11ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009. **Localização: 347.922 M237**

SINOPSE:

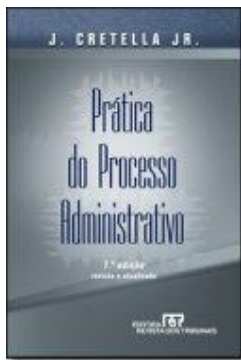
Obra consagrada sobre o tema, a presente edição mantém sua estrutura original, caracterizada por uma linha expositiva coesa e sintética. Trata das questões processuais da ação civil pública de maneira extremamente abrangente: objeto, interesse, foro competente, legitimação para agir, tutela cautelar, litisconsórcio e assistência, acordos, sentença, recursos, coisa julgada, responsabilidade civil, sanções processuais e dever de informação. Os objetos da ação são os mais variados: erário, meio ambiente do trabalho, criança e adolescente, consumidor, patrimônio cultural, ordem econômica, deficiente físico e comunidade indígena, entre tantos outros.



CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência: exposição didática: área do direito processual.** 16ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009. **Localização: 347.98 C287**

SINOPSE:

Elaborada por especialista na matéria, esta obra parte do conceito de jurisdição e examina a distinção entre ato jurisdicional e ato administrativo, as classificações da jurisdição, o contencioso administrativo, a jurisdição voluntária, os limites da jurisdição civil e os substitutivos da jurisdição. Examina, posteriormente, a competência internacional, a competência territorial, a competência de juízo, a competência absoluta e a relativa, a modificação da competência por conexão, prevenção e prorrogação, as regras de competência, a perpetuatio jurisdictionis, o controle da competência e demais temas atinentes à matéria.



CRETELLA JÚNIOR, José. **Prática de processo administrativo.** 7. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009. **Localização: 35.077.3(81) C924**

SINOPSE:

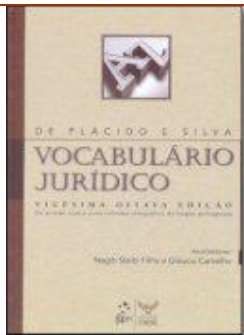
Desenvolvida com base na melhor doutrina pátria e estrangeira, na jurisprudência especializada e nos modelos práticos utilizados pela própria Administração, esta obra, já em sua 7.ª edição, fornece os fundamentos do processo administrativo e orientação moderna para a defesa dos administrados perante as Comissões Processantes, nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Em sua parte teórica, o estudo abrange conceitos, a relação processual administrativa, as características do processo administrativo brasileiro e sua classificação, a sindicância, os processos administrativos disciplinar e criminal e as repercussões da sentença penal na esfera administrativa. Vêm, em seguida, as decisões dos tribunais, expostas a partir dos verbetes pertinentes. A seção prática traz modelos de portarias, ofícios, termos, atas, despachos, defesas, relatórios, decisões, na consideração de que qualquer vício de forma do procedimento administrativo poderá acarretar sua anulação.



MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário: previdência complementar.** 3. ed. São Paulo, LTr, 2009. **Localização: 369:34 M337**

SINOPSE:

Neste Tomo IV do 'Curso de Direito Previdenciário', as alterações operadas pelo Decreto n. 3.721/01, bem como sua revogação pelo Decreto n. 4.206/02, o advento do Decreto n. 4.942/03, as extraordinárias mudanças havidas com as sucessivas emendas constitucionais e a nova redação dada ao art. 202 da Carta Magna de 1988, especialmente sua disciplina com as LCs ns. 108 e 109, ambas de 2001, obrigaram a total revisão das idéias expostas. Com efeito, as inovações são tantas que a obra teve de ser revista, atualizada, apreciando a não-subsidiaridade, o princípio do equilíbrio atuarial e financeiro, os institutos técnicos (portabilidade, vesting, resgate, autopatrocínio), a transparência do sistema e as responsabilidades dos gestores.



SILVA, de Plácido e; CARVALHO, Gláucia; SLAIBI FILHO, Nagib. **Vocabulário Jurídico.** v. 1 28. ed. .Rio de Janeiro, Forense, 2008. **Localização: 34(038) S578**

SINOPSE:

Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva é o dicionário clássico do operador de Direito. Editado ininterruptamente desde 1963, já ajudou na formação de várias gerações de Advogados, Juízes, Procuradores etc. Atualmente em sua 28ª edição, o Vocabulário de Plácido, como é conhecido pelo público leitor, vem sofrendo sucessivas reformulações e atualizações. "



FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba, Positivo, 2009. Localização: 801.3=690(81) F439

SINOPSE:

- Revisado conforme Nova Ortografia.
- Símbolos que permitem a rápida identificação das alterações.
- Mais de 435 mil verbetes, definições e locuções.
- Origem, formação e evolução dos elementos de composição: prefixos, sufixos e infixos.
- Definições claras e coesas.
- Etimologia e formação das palavras.
- Informações gramaticais, etc.



ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Vade mecum trabalhista**. 28. ed. São Paulo, Rideel, 2010. Localização: 331:34(094.4) A444

SINOPSE:

O Vade Mecum Trabalhista, organizado pelo renomado professor André Luiz Paes de Almeida, é um verdadeiro manual prático para o estudante de direito e para o profissional especializado na área trabalhista.

Estruturado de forma prática e objetiva, seu conteúdo contempla a CLT, Constituição Federal, excertos do Código Civil, Código de Processo Civil, além de uma Legislação Complementar rigorosamente selecionada, Súmulas vinculantes do STF, Súmulas dos dois Tribunais Superiores, Precedentes e Orientações Jurisprudenciais do TST e um índice alfabético-remissivo geral cuidadosamente elaborado para auxiliar na pesquisa.



SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das leis do trabalho comentada**. 42. ed. atual., rev. e ampl. .São Paulo, LTr, 2009. Localização: 331(094.9) S116

SINOPSE:

Esta obra comenta artigo por artigo da CLT de forma clara e objetiva, facilitando, assim, a sua aplicação pelos operadores e estudiosos do direito. Em cada nova edição é ela revisada com análise de todas as alterações legislativas ocorridas no período com repercussão no mundo do trabalho, e com o aprofundamento de novos temas. A jurisprudência foi totalmente atualizada e ampliada, também artigo por artigo. Possui, ainda, um amplo índice remissivo de todas as matérias estudadas, além de um índice unificado das súmulas dos Tribunais Superiores (STF, STJ e TST), para tornar mais ágil a pesquisa sobre um determinado tema de direito processual ou de direito material do trabalho.



BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 5ª ed., São Paulo: LTr, 2009. Localização: 331:34 B272

SINOPSE:

“Uma visão geral do Direito do Trabalho como: fundamentos e formação histórica; fontes; hermenêutica (interpretação e aplicação do Direito do Trabalho); relação de trabalho e relação de emprego; conceito de empregado e de empregador, tipos; contrato de emprego e contratos afins; pré-contrato; formas de invalidade do contrato; efeitos do contrato em que se destacam os direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade; compensação por dano patrimonial, moral e estético; poderes do empregador, limites; duração do trabalho (jornada — Convenção 171 da OIT, repouso e férias — Convenção 132 da OIT); salário, alteração contratual; suspensão e interrupção do contrato. Etc



DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 8ª ed. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331:34 C312**

SINOPSE:

“O Curso de Direito do Trabalho, agora em novo e melhor formato e também revisto e atualizado pelo autor, é produto de sólida formação e experiência jurídicas, associando, na medida ideal, consistência teórica e espírito prático. Caracterizando o Direito do trabalho, tratando também temas como autonomia, natureza jurídica, origem e evolução do direito do trabalho. Resulta desse modo, em contribuição doutrinária diferenciada, que se torna imprescindível aos profissionais do Direito no Brasil.”



TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2009. (Obra completa em 3 volumes) **Localização: 331:347.9 T266**

SINOPSE:

“Esta coleção, Curso de Direito Processual do Trabalho, é uma das maiores, melhores, mais completa e atual obra do Prof. Manoel Antonio Teixeira Filho, dividida em três volumes, a saber: Volume I - Processo de Conhecimento 1, compreendendo temas de Teoria Geral do Processo; Volume II - Processo de Conhecimento 2, contendo temas objetivos; Volume III - enfeixando o Processo de Execução, o Processo Cautelar e os Procedimentos Especiais.”



CAIRO JR., José. **Curso de direito do trabalho: direito individual e coletivo**. 4ª ed., Salvador: Juspodivm, 2009. **Localização: 331:34 C137**

SINOPSE:

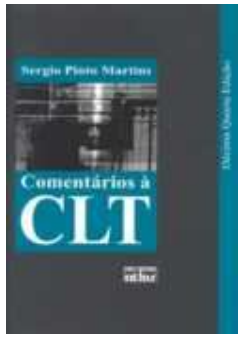
“A O Curso de direito do trabalho foi revisto e atualizado, com acréscimos significativos, seja pela inserção de novas disciplinas normativas, seja pela atualização da jurisprudência citada, com aprofundamento dos comentários feitos. Como o Decreto n. 6.727/08, que trata da incidência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, A RESOLUÇÃO SRH nº 587, de 30/01/2009, que fixa os novos valores para o benefício do seguro desemprego e etc. Além de vim acompanhado de um caderno de questões”



MANUS, Pedro Teixeira. **Direito do trabalho**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331:34 M251**

SINOPSE:

“O autor visou reunir um sumário que fosse a síntese dos vários programas da matéria nos cursos em que é ministrada no País, utilizando uma linguagem simples e direta, sem perder a precisão terminológica. O livro compreende, entre outros, o estudo sobre Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Contrato de Trabalho (empregado e empregador), Salário e Remuneração, Extinção do Contrato de Trabalho, Normas de Proteção ao Trabalho, Direito Sindical, Direito Constitucional do Trabalho, Autonomia Privada Coletiva, Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas e Globalização, Terceirização e Flexibilização do Contrato de Trabalho.”



MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 13ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331(094.4) M346**

SINOPSE:

“Ao comentar o texto em vigor da CLT, o autor menciona as modificações ocorridas, apontado se o artigo foi revogado, derogado pela Constituição ou legislação superveniente. Interpreta cada artigo, em que é feito o comentário, indicando os enunciados pertinentes ao TST e a jurisprudência sobre o assunto. O livro serve tanto ao estudante que quiser analisar individualmente os artigos da CLT, como também para o profissional que pretende fazer estudo mais detalhado de certo dispositivo, seja para fazer uma petição inicial, uma contestação, um recurso ordinário, de revista, de embargos, principalmente diante da jurisprudência indicada...”.



PAULO, Bonavides. **Teoria do Estado**. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2008. **Localização: 321.01 B691**

SINOPSE:

“Esta edição, refundida e com acréscimo de novo capítulo sobre o Estado moderno, conduz o leitor a uma peregrinação de idéias e problemas, desde a Grécia clássica, berço do pensamento político, até o Brasil contemporâneo, onde questões constitucionais de extrema importância para os nossos destinos de Estado, povo e nação se agitam, com freqüência, acompanhadas de enorme interesse, já dos círculos jurídicos, já da sociedade em geral.”



FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de direito do trabalho**. 21ª ed., São Paulo: Malheiros, 2009. (Coleção Resumo de Direito). **Localização: 331:34 F97**

SINOPSE:

“O objetivo desta coleção é o de oferecer ao leitor a mais exata e completa Doutrina, em cada um dos vários ramos do conhecimento jurídico, apresentada de forma sintética, em conceitos essenciais, com esquemas, resumos e gráficos elucidativos, complementada pela Jurisprudência mais recente e variada, além de Bibliografia selecionada. O presente volume aborda o tema: Direito do Trabalho.”



BARROS, Alice Monteiro de. **Proteção à intimidade do empregado**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331.446.2 B272**

SINOPSE:

“Mostra o papel que desempenha a proteção da intimidade do empregado como componente da integridade moral, uma das características dos direitos da personalidade. Esses direitos têm seus limites. O texto foi revisto, considerando as alterações introduzidas nos últimos anos, em várias disciplinas, quer pela lei, quer pela jurisprudência, a qual avança instituindo o ressarcimento de danos, principalmente no Direito do Trabalho. A competência da Justiça do Trabalho para apreciar essa matéria foi ampliada, principalmente no que tange ao acidente do trabalho capaz de provocar danos de natureza material, moral e estética...”.



FEBRE, Luiz Carlos Michele. **Fontes do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331:34 F12**

SINOPSE:

“Muito se tem escrito sobre fontes do direito do trabalho, e cada vez mais se tem constatado que no estudo analítico das fontes reside a saída para as mais árduas questões trabalhistas sem perda de coerência sistêmica, sendo refratário vermos amiúde, a cada concurso de ingresso em carreiras jurídicas, questões diretamente afetas à teoria das fontes.”



FIORELLI, José Osir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JÚNIOR, Marcos Julio Olivé. **Guia prático para o empregador e o empregado doméstico**. São Paulo: LTr, 2009. **Localização: 331:34:647 F549**

SINOPSE:

“Este livro traz orientações essenciais para o bom relacionamento entre os empregadores e os empregados domésticos. Apresenta as diferenças fundamentais entre o trabalho doméstico e todos os demais. Traçando um panorama sintético e abrangente dos principais direitos e deveres de empregador e empregado doméstico. Oferece orientações objetivas para uma convivência saudável e construtiva, em um ambiente de trabalho onde a confiança mútua se associa com o profissionalismo. Os autores encerram o texto com a administração do trabalho doméstico, visto como se fosse um pequeno, porém, um importante negócio, em que empregador e empregado desempenham papéis complementares.”



MARTINS, Sergio Pinto. **Convenções da OIT**. São Paulo: Atlas, 2009. **Localização: 331: 341.1 M346**

SINOPSE:

“O livro reproduz o texto em vigor da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovado na 29ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Montreal, Canadá, em 9 de outubro de 1946. O documento, denominado Instrumento para a Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, inclui as emendas de 1953, 1962 e 1972, todas em vigor no âmbito internacional e ratificadas pelo Brasil. Contempla os seguintes títulos: Constituição da OIT e seu anexo (Declaração de Filadélfia); Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil; Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho; Principais convenções não ratificadas pelo Brasil e Declaração Universal dos Direitos do Homem.”



BRANDÃO, Claudio Mascarenhas; PINTO, Raymundo Antonio Carneiro. **Orientações jurisprudenciais do TST**. 2ª ed., São Paulo: LTr, 2010. **Localização: 331:34(094.9) P727**

SINOPSE:

“Nesta segunda edição, os autores não se limitaram a acrescentar o texto e respectivo comentário das trinta novas Orientações Jurisprudenciais que foram aprovadas desde a edição anterior. Aproveitaram a oportunidade para, diante das alterações ocorridas na legislação e na jurisprudência, revisar vários dos demais comentários. Foi mantida a orientação de somente comentar as OJs em vigor, figurando apenas o enunciado das que foram canceladas. Um detalhado índice alfabético, no início do volume, facilita a localização da OJ que se procura para confirmar seu conteúdo, efetuar pesquisa ou melhor conhecê-la. O anexo, no final, transcreve as Súmulas do mesmo TST.”



OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Comentários às súmulas do TST**. 9ª ed., São Paulo: RT, 2009. **Localização: 331:34(094.9) O47**

SINOPSE:

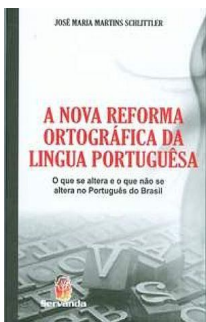
“A jurisprudência retira a sua força de uma fonte inesgotável: o envolvimento social e a dinâmica da vida moderna. Enquanto a lei é estática na sua origem, a jurisprudência é fruto da própria dinâmica das vivências sociais, que a influenciam e modificam. Disso resulta que o direito não é aquele dito em termos estáticos propostos pela lei, mas, sim, aquilo que dizem os tribunais, numa construção diuturna que tem em seu cerne a essência da dinâmica social. A Jurisprudência hoje formada pelo TST passa pelos precedentes e pelas orientações jurisprudenciais, isso amadurece o entendimento antes de ser sumulado.”.



SILVA, Ana Emilia Andrade Albuquerque da. **Discriminação racial no trabalho**. São Paulo, LTr, 2005. **Localização: 331:342.724 S578**

SINOPSE:

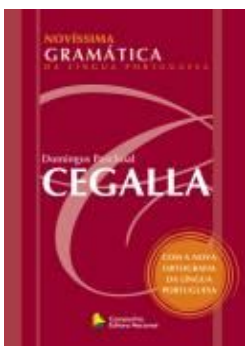
“É na esfera do trabalho que a discriminação racial se revela mais perversa, haja vista a importância social, econômica e política atribuída pela sociedade aos que estão inseridas no mercado de trabalho auxiliando no crescimento econômico e no processo produtivo do país. A Autora aponta de forma precisa e didática, a implementação de ações afirmativas como necessária à reverterem do quadro social, com vistas a alcançar a igualdade real.”.



SCHLITTLER, José Maria Martins. **A nova reforma ortográfica da língua portuguesa: o que se altera e o que não se altera no português do Brasil**. v. 1. 28. ed. . Campinas, Servanda, 2009. **Localização: 81'354=134.3 S37**

SINOPSE:

Este trabalho tem por escopo apresentar aos leitores e estudiosos as principais informações e os dados sobre o novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Sua finalidade primeira é dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com as questões objeto dessa mudança, tais como acentuação gráfica, emprego do trema e do hífen, a utilização da consoante h, a grafia de nomes próprios estrangeiros, entre outros casos.



CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2008. **Localização: 81'36=134.3 C385**

SINOPSE:

A 'Novíssima gramática da língua portuguesa' é uma obra indispensável desde seu lançamento, em 1964, graças à grande aceitação que obteve por parte de professores e estudantes ao longo dos anos. Até 2004, essa gramática foi submetida a seis reformulações, todas com o intuito de mantê-la atualizada. Já em sua 46ª edição, a 'Novíssima gramática da língua portuguesa' é um excelente instrumento, principalmente para estudantes do Ensino Médio e, ainda, para todos aqueles que precisam esclarecer suas dúvidas a respeito da língua portuguesa. Nesta versão não-consumível, fornece inúmeros exercícios de fixação de conteúdos gramaticais e também provas dos principais concursos e exames vestibulares, em todos os capítulos. Agora com a nova ortografia.